

DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO A ROMA:
UMA ABORDAGEM DA ANTIGUIDADE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Carlos Eduardo Bielschowsky

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knuppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO
DIREÇÃO: Beatriz Anselmo Olinto
CONSELHO EDITORIAL: Marco Aurélio Romano, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos Alberto Kuhl, Helio Sochodolak, Luciano Farinha Watzlawick, Luiz Antonio Penteado de Carvalho, Marcos Antonio Quinaia, Maria Regiane Trincaus, Osmar Ambrósio de Souza, Paulo Costa de Oliveira Filho, Poliana Fabúla Cardozo, Rosanna Rita Silva, Ruth Rieth Leonhardt

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA
COORDENADOR DO CURSO: Karina Anhezini
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



MICHELE TUPICH BARBOSA

DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO A ROMA:
UMA ABORDAGEM DA ANTIGUIDADE



COMISSÃO CIENTÍFICA:
Flamarion Laba da Costa, Jean Rodrigues Sales,
Karina Anhezini, Maria Aparecida Crissi Knuppel,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira

REVISÃO TEXTUAL
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Elisa Ferreira Roseira Leonardi e
Espencer Ávila Gandra

EDITORA UNICENTRO
GRÁFICA DALIANA
400 exemplares

Catálogo na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

B238a Barbosa, Michele Tupich
Do antigo Oriente Próximo a Roma: uma abordagem da
antiguidade / Michele Tupich Barbosa. – – Guarapuava : Ed.
Unicentro, 2009.
91 p. – (História em Construção)

Organizadores da coleção: Maria Aparecida Crissi Knuppel,
Karina Anhezini, Raphael Nunes Nicoletti Sebrian

Bibliografia
ISBN do livro: 978-85-7891-021-1
ISBN da coleção: 978-85-7891-025-9

1. História Antiga. 2. Antiguidade. I. Título.

CDD 20ª ed. 930

Copyright: © 2009 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Capítulo 1: A ANTIGÜIDADE ORIENTAL	13
1.1. AS SOCIEDADES DO ANTIGO	
ORIENTE PRÓXIMO	13
1.2. A MESOPOTÂMIA	19
1.3. O EGITO	30
1.4. OS HEBREUS	41
1.5. AS CIVILIZAÇÕES MENORES	42
Capítulo 2: A ANTIGÜIDADE CLÁSSICA	53
2.1. GRÉCIA: A CIVILIZAÇÃO GREGA	53
2.2. ROMA: A CIVILIZAÇÃO ROMANA	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91

PREFÁCIO

Este livro tem como objetivo estudar e analisar um período da história, a Antigüidade, unindo a factualidade ao processo de construção e transformação de estruturas e de conjunturas ao longo de milhares de anos.

A abrangência temporal é identificada no título da obra e abarca um período de mais de dez milênios nos quais se desenvolveram várias civilizações que ocuparam regiões desde o chamado “Levante” até a parte mais Ocidental dos continentes europeu e africano. Nessas regiões de grande abrangência formaram-se inúmeros Estados que moldaram as ações e a organização política, social, cultural e econômica, fornecendo bases para o que comumente designa-se “Civilização Ocidental”.

Ao tomarmos consciência desse longo período a ser discutido, deparamo-nos com algumas perguntas: quem somos nós? Somos o resultado do desenvolvimento dessas diferentes civilizações?

O livro **Do Antigo Oriente Próximo a Roma: uma abordagem da Antigüidade**, de Michele Tupich Barbosa, pode fornecer, a partir do estudo dos principais povos da Antigüidade Oriental e da Antigüidade Clássica, algumas respostas para essas e para outras indagações.

A autora elaborou um texto no qual contou com o amparo de inúmeros autores e de suas obras referenciais e estruturou sua obra para que, sem perder o rigor acadêmico, pudesse tornar a narrativa compreensível a todos. Que a leitura da obra seja apenas um primeiro passo nos estudos de cada aluno(a) sobre os povos da Antigüidade.



INTRODUÇÃO

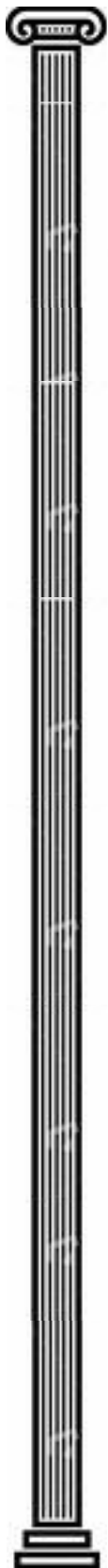
A decisão de apresentar e analisar aspectos da História Antiga é, em geral, acompanhada pela convicção de que o tema é amplo e de que as sociedades a serem analisadas têm temporalidades extremamente variadas. Neste trabalho, estruturado a partir dessa convicção, para dar conta de tais particularidades, objetiva-se interpretar a história da Antigüidade como um processo de transformações das civilizações.

Antes de tudo é preciso esclarecer qual temporalidade é analisada neste livro: a Antigüidade. Como conceito histórico para a Escola Metódica, o termo Antigüidade refere-se, essencialmente, a um período bastante longo e impreciso, delimitado entre a constituição das primeiras civilizações (por volta de 10.000 a.C., apesar de haver questionamentos em relação a essa datação) e a queda do Império Romano do Ocidente (ocorrida em 476 d.C.). A Antigüidade é compreendida então pelos metódicos como a divisão entre a civilização e a barbárie ou mesmo como o berço da civilização.

É possível observar no *Dicionário de Conceitos Históricos*, organizado por Kalina e Maciel Silva (2008, p. 19), as diversas formas de compreensão do termo encontradas na historiografia acerca do assunto. Como exemplo, para Jacques Le Goff, importante medievalista francês, o termo Antigüidade está extremamente atrelado ao Ocidente, assim como o termo moderno; os séculos V e XIX foram fortemente marcados pela constante oposição entre antigo e moderno e foram momentos nos quais foram debatidos os diferentes sentidos de cada um desses termos (SILVA, 2008, p. 20).

Para o historiador Mikhail Rostovtzeff, estudioso do período, a Antigüidade significa o início do desenvolvimento humano, período em que as civilizações





no Antigo Oriente Próximo, constituíram vida social e política. A importância da Antiguidade está “na herança palpável deixada por ela na vida ocidental moderna”. Contudo, Rostovtzeff descarta algumas perspectivas atuais do estudo da História Antiga tais como a história social e a história cultural (SILVA, 2008, p.22).

O historiador Ciro Flamarion Cardoso, em *Sociedades do Antigo Oriente Próximo* (1995, p.23), faz uma análise a cerca dos estudos de Karl Marx sobre as civilizações da Antiguidade. Para Marx, a Antiguidade pode ser estudada a partir da teoria do modo de produção asiático, sendo que este modo seria uma evolução sócio-cultural das formas tribais sedentários e semi-sedentárias, característico de aplicação de milenares formas orientais de sociedade:

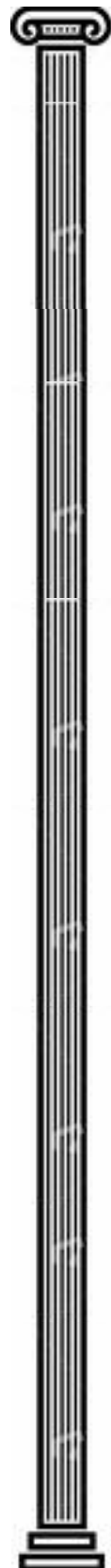
as civilizações do antigo Oriente Próximo; algumas das civilizações da proto-história mediterrânea; Índia, Sudeste Asiático e China pré-coloniais; algumas das culturas da África negra pré-colonial; altas culturas da América pré-colombiana. (CARDOSO, 1995, p.23).

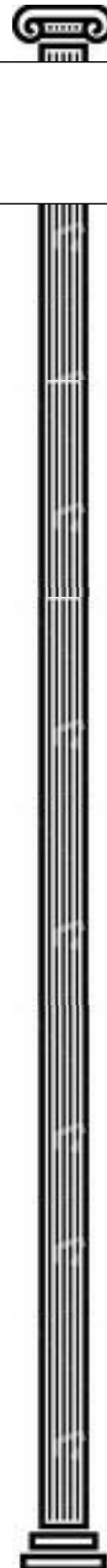
O estudo da Antiguidade a partir do modo de produção asiático proposto por Marx expressaria conceitualmente, os fundamentos daquelas sociedades que teriam evoluído de uma forma tribal, semi-nômade, para formas de organizações sociais estabelecidas e comandadas a partir de uma liderança comunal, as quais surgem da necessidade de formação de frentes de trabalhos públicos que beneficiariam estas lideranças como também as comunidades locais.

Pedro Paulo Funari (1995, p. 35), historiador brasileiro que há décadas se dedica ao estudo dos temas da História Antiga, compreende que muito do que se sabe sobre a Antiguidade é fruto de construções da historiografia que se entrelaçam com a noção de clássico. Dentre essas construções historiográficas, existe uma cronologia da

História Mundial, bastante questionável, proposta pela Escola Metódica, que divide a história em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, elaborada e fundamentada, em grande medida, a partir de um recorte etnocêntrico (eurocêntrico, mais especificamente) da história. Contudo, ao invés de simplesmente aceitar tal cronologia, é pertinente nesta abordagem da Antigüidade analisar paulatinamente as civilizações que se desenvolveram a partir do chamado Antigo Oriente Próximo, as quais estabeleceram formas de trabalho organizado, sistemas agrícolas estáveis, vida urbana e formas de escrita, com consciência de que se trata de um recorte e de que existiram outros povos que viveram nesse mesmo período, mas em espaços diferentes e que, pela proposta desta obra e da coleção da qual ela faz parte, não serão aqui abordados.

A proposta neste livro é, enfim, apresentar uma interpretação ao mesmo tempo abrangente e condensada, possibilitando ao leitor perceber os traços essenciais das sociedades estudadas e, ainda, despertar seu interesse para buscar obras de especialistas que tratam da Antigüidade. O objetivo, portanto, não é oferecer tão somente as características essenciais de cada um dos “povos da Antigüidade”, mas proporcionar ao leitor um quadro amplo e, na medida do possível, não estático, das referências básicas que ajudam a explicar aspectos fundamentais da História Antiga.





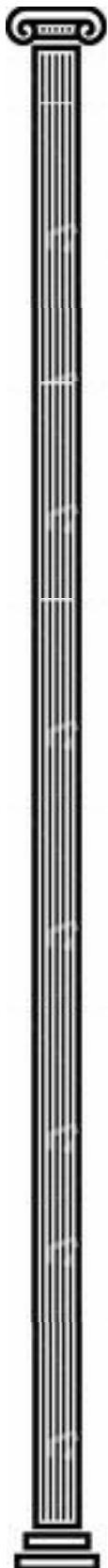
A antiguidade oriental

O objetivo deste capítulo é analisar as características fundamentais das sociedades que compõem o que se poderia chamar de “Antigüidade Oriental”, para não correr o risco da superficialidade, foram dados ênfase aos povos do denominado “Antigo Oriente Próximo”, como à Mesopotâmia, ao Egito, aos Hebreus por serem as primeiras civilizações a apresentarem urbanização e organização social, e às chamadas “Outras Civilizações”, que são Hititas, Minóica, Micênica, Fenícia e Lídia, civilizações que deixaram seus nomes inscritos no processo histórico, servindo como elo entre as sociedades do Oriente e Ocidente.

1.1. AS SOCIEDADES DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

Neste momento, serão estudadas as sociedades do Antigo Oriente Próximo, mais precisamente as civilizações que se formaram na região chamada “Crescente Fértil”. Conforme o estudo de Gordon Childe denominado *A Revolução Urbana* (1988), desde 7000 a.C. as civilizações orientais começaram a se formar nas proximidades dos rios Nilo, Tigre, Eufrates, Ganges, Indo e Jordão, e, por conta disso, muitas vezes são chamadas civilizações de regadio, por aproveitarem as enchentes desses rios para se desenvolverem e garantirem seu sustento por meio da agricultura.

Segundo Childe (1988, p. 25), essas civilizações foram formadas, em princípio, por homens que viviam da caça e da coleta de algumas plantas, organizando-se em grupos familiares. Após o desenvolvimento de formas de cultivo da



da terra, passaram a ser chamados de produtores, pois, para desenvolverem o trabalho agrícola e tornarem possível a criação de animais domésticos, aproveitaram vários processos, o que permitiu a organização social e a sedentarização de grupos humanos, sendo que, nesse contexto, a propriedade era coletiva, ou seja, ainda não havia se estruturado a noção de propriedade privada da terra.

O historiador *Ciro Flamarion Cardoso* (1995, p. 9) explicita as delimitações temporais e espaciais vinculadas à expressão “Oriente Próximo”, demonstrando que se trata de uma faixa de terra que alternava planícies férteis e áreas desérticas, localizada numa região que se estendia:

[...] do litoral do mar Negro, das montanhas do Cáucaso, da costa meridional do mar Cáspio e das montanhas a leste deste (montes do Gulistã, Paropamisades e Hindu-Kush), indo em direção ao sul, até a primeira catarata do Nilo, o mar Vermelho, os desertos da Arábia, o golfo Pérsico e o mar de Omã; e de oeste para leste, do Mediterrâneo Oriental e do Egito até o rio Indo. Desta forma compreendia o espaço hoje ocupado, na essência, por nove países atuais da África e, sobretudo, da Ásia: Egito, Turquia, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Iraque, Irã e Afeganistão.

Para *Cardoso* (1995, p. 12), por se tratar de uma região desértica, foi necessário o trabalho em grupo para construir canais de irrigação, dutos de água que irrigavam as faixas de terra desértica, o que permitiria a manutenção das plantações nos períodos de seca. Formou-se, assim, durante um longo período, uma indispensável organização social nas primeiras aldeias do Antigo Oriente Próximo, as quais tinham como fontes de subsistência e principais atividades econômicas a agricultura, acompanhada da caça e da pesca, estabelecendo assim um processo conhecido por “Revolução Agrícola”. Vale ressaltar que, para *Cardoso* (1995, p. 16), essa revolução não aconteceu em todas as comunidades humanas ao mesmo tempo.

À medida que as atividades econômicas se desenvolveram – agricultura, metalurgia, arquitetura –,

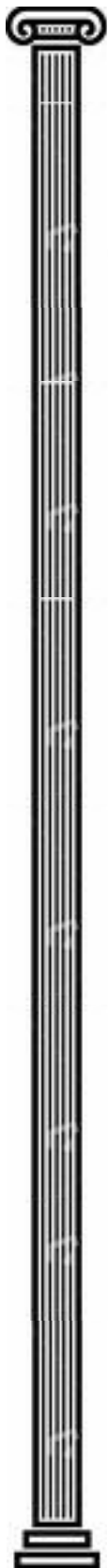
iniciaram-se, também, as atividades comerciais de troca de produtos por diferentes grupos. Para Childe (1988, p. 25), esses eventos são responsáveis pela difusão de crenças, conhecimentos e técnicas, porém, cada localidade, levando em conta suas condições geográficas e climáticas, desenvolveu diversas atividades econômicas como: caça, pesca, atividades pastoris e agricultura, ampliando gradativamente seus conhecimentos e técnicas a partir de novas descobertas e invenções. Essas importantes transformações sociais e econômicas, de acordo com Childe (1988, p. 25), desenvolveram-se de forma mais acentuada e acelerada:

[...] nas grandes depressões ribeirinhas, no vale do Indo, nas planícies aluviais entre o Tigre e o Eufrates e nos vales adjacentes do Indo e seus tributários, em Sinda e no Panjabe. Ali a abundância de água e o solo fértil anualmente renovado pelas cheias, garantiam um abastecimento certo e farto de alimentos e permitiam a expansão da população.

Tais fatos colaboraram para a expansão e o desenvolvimento das populações do então chamado “Crescente Fértil”, termo entendido aqui como a região na qual surgiram as primeiras civilizações antigas, localizada na região indicada no mapa abaixo. Seu traçado geográfico – que lembra uma lua crescente – e a fertilidade do solo dão fundamento ao nome.

Mapa da área denominada “Crescente Fértil”, destacada conforme a legenda
Disponível em:
<http://www.igm.mat.br/homepage/joao_afonso/J.A/historia_da_matematica/crescente_fertil.html>
Acesso em: 16 fev. 2009.



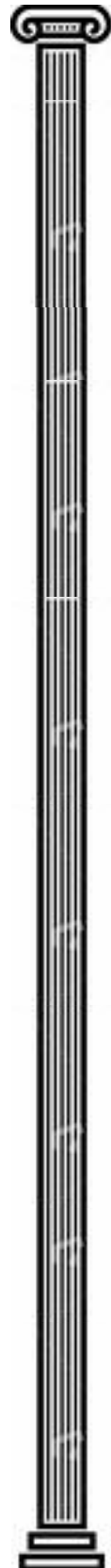


Para Childe (1988, p. 27), apesar da fartura de alimentos, no que se refere à necessidade de desenvolvimento, essas populações ribeirinhas apresentaram carência de matérias-primas, tais como a madeira, pedras de cantaria e minérios. A escassez da madeira, por exemplo, causou prejuízos na produção de algumas ferramentas utilizadas em construções.

Desse modo, as populações do “Crescente Fértil” – Egito, Mesopotâmia e do Vale do Indo –, além de cultivarem a terra e criarem animais, precisaram trocar produtos necessários para suas atividades econômicas, praticando, assim, os primeiros rudimentos de organização social e divisão econômica, o que consolidou, junto a outros fatores, um processo que, segundo Childe (1988, p. 28), foi denominado “Revolução Urbana”.

Entende-se por “Revolução Urbana” o processo de transformação das comunidades agrícolas em cidades, vivenciado pelas civilizações do “Crescente Fértil”, caracterizado por realização de obras públicas, construção de canais de irrigação, drenagens de pântanos, trocas de excedentes, de produtos e de matérias-primas. Tal processo passou a exigir dessas comunidades uma organização social de responsabilidade de uma administração.

Apesar da independência econômica dessas comunidades, não se pode confundir tal característica com isolamento, pois, segundo a discussão feita pelo historiador Jaime Pinsky (2005, p. 53), ocorreram trocas entre elas, não apenas de produtos, alimentos e matérias-primas, mas também de informações e conhecimento, o que favoreceu seu desenvolvimento e também as transformações advindas com o passar do tempo, e, assim, se pode considerar tais características como causas da “Revolução Urbana”, motivando as transformações de algumas aldeias em cidades. Esse processo ocorreu em diferentes lugares e em temporalidades diversas, e, a seu respeito, deve-se



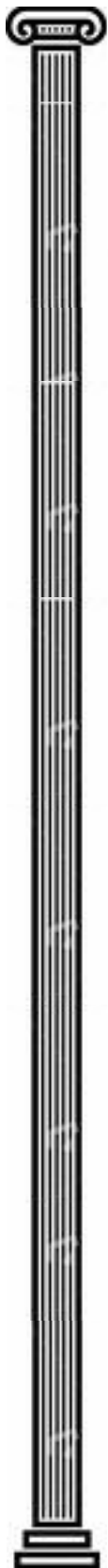
considerar que algumas aldeias não se desenvolveram, permanecendo do mesmo modo durante séculos.

Portanto, não se pode pensar nessas cidades a partir dos parâmetros de criação e de desenvolvimento das grandes metrópoles modernas, as quais, em geral, foram – ao menos em parte – projetadas por arquitetos e, muitas vezes, são estrategicamente bem localizadas. No “Crescente Fértil”, as cidades surgiram conforme as necessidades das populações que habitavam as regiões nas quais se estruturaram os complexos urbanos. Segundo Pinsky (2005, p. 58):

Há 5 ou 6 mil anos não havia referências para serem seguidas ou parâmetros previamente estabelecidos e a estruturação das cidades decorre de uma série de circunstâncias sociais complexas a ponto de, até hoje, não haver consenso a respeito dos fatores mais relevantes a respeito do tema.

Um dos fatores que contribuíram para o surgimento de cidades no Antigo Oriente Próximo, para Pinsky (2005, p. 60), pode ter sido a escolha de lugares nos quais o solo era propício para o pastoreio e para o plantio, ou seja: “A necessidade é a mãe das invenções. Nos vales e encostas férteis e relativamente chuvosos, a vida corria normalmente e as pessoas não precisavam tornar mais complexas suas relações de trabalho”. Pode-se considerar que tais características colaboraram para o surgimento e para o desenvolvimento das primeiras cidades.

Ressalta o mesmo historiador (PINSKY, 2005, p. 64) que, com o estabelecimento das cidades, as relações de poder se alteraram, pois, se nas aldeias isoladas o indivíduo tinha o poder concentrado nele e nos grupos familiares, com os primeiros agrupamentos não era interessante viver isolado e tornou-se fundamental a inserção e participação nos trabalhos em grupo, como nas construções dos canais de irrigação, na drenagem dos pântanos e nas plantações, além de outras atividades econômicas praticadas e submetidas às ordens de um rei.



Ciro Flamarion Cardoso, em sua obra *Antigüidade Oriental: política e religião*, de 1990, afirma que essas primeiras civilizações do “Crescente Fértil” eram, em sua maioria, teocráticas, ou seja, o poder dos governantes tinha fundamentação religiosa, os líderes eram considerados legítimos porque de alguma forma eram identificados com os deuses. Sendo assim, essas sociedades se baseavam num regime de servidão coletiva no qual o governante era o dono da terra dada por um deus, e os indivíduos, organizados em famílias patriarcais, viviam em comunidades aldeãs, trabalhando para sobreviver e, além disso, para repartir parte de sua produção com o Estado como forma de pagamento, de tributo, enfim, o excedente de sua produção era compreendido como imposto.

Segundo os apontamentos de Cardoso (1990), o rei detinha o poder que, pela crença, havia sido dado por um deus, e usava, além do convencimento espiritual, de métodos coercitivos para que os indivíduos desenvolvessem as tarefas necessárias. Surgiram aos poucos nessas sociedades diferentes grupos como artesãos, comerciantes, trabalhadores em transporte de matérias-primas e, conseqüentemente, soldados para proteger os comboios de transporte e para garantir a segurança das cidades. Apareceram também alguns funcionários religiosos que cuidavam do templo e dos interesses do rei, a autoridade superior.

É pertinente refletir, de forma breve, acerca dos tipos de fontes utilizadas para a escrita da história desses povos que viveram no “Crescente Fértil”. São, essencialmente, artefatos arqueológicos, inscrições em túmulos, templos e palácios. O conhecimento a respeito desses povos foi construído a partir dessas fontes e, para a melhor compreensão de como surgiram e se desenvolveram as civilizações daquela região, esses povos serão discutidos e analisados separadamente, começando pela Mesopotâmia, passando pelo Egito e terminando com o estudo dos Hebreus.

1.2. A MESOPOTÂMIA

*“Se um homem furar o olho de um homem livre,
ser-lhe-á furado o seu olho”.*

Código de Hamurabi

A Mesopotâmia, uma das regiões do “Crescente Fértil”, localizada entre os rios Eufrates e Tigre, delimitava-se ao norte com as montanhas da Armênia, ao sul com os desertos da Arábia, a leste com o Planalto Persa e a oeste com os desertos da Síria. Nessa região viveram os povos sumérios, acádios e assírios. Pensar-se-á na história desses povos de forma não linear, procurando compreendê-los levando em consideração as rupturas e permanências nas dimensões econômica, política e cultural.

O historiador Fernand Braudel (2001) descreve que nessa região diversos povos semitas esforçaram-se para estabelecer um território próprio.



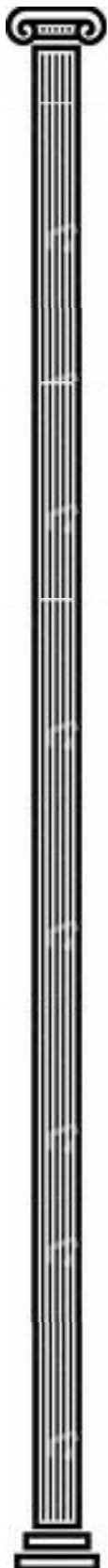
Mapa da área ocupada pela Mesopotâmia e regiões adjacentes

Disponível em:

http://www.mibe.com.br/imagens/israel/Mapa_mundoantigo.jpg

Acesso em: 16 fev. 2009.

Provavelmente por volta do ano 3.000 a.C., esses grupos estavam bastante mesclados em virtude do fácil acesso à região. Por isso, não é possível determinar com precisão quantos deles chegaram e nem quais foram as suas origens. Pretende-se, enfim, analisar os povos daquela

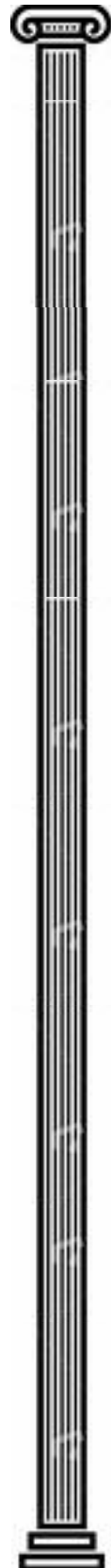


região em relação aos quais há fontes históricas e vestígios: Sumérios, Acádios e Assírios. Entretanto, é importante lembrar o leitor que não é o intuito desta obra apresentar uma análise de grande aprofundamento acerca dessas civilizações, mas uma explanação que possa facilitar o entendimento a respeito das características fundamentais desses povos, capaz, também, de despertar o interesse por obras de especialistas no tema.

Para compreender como esse processo histórico ocorreu na Mesopotâmia, analisar-se-ão as contribuições de Gordon Childe (1988) sobre a instalação e a permanência desses povos entre o Tigre e o Eufrates. O autor afirma ainda que as fontes disponíveis mostram as diversas renovações das cidades mesopotâmicas. O início do percurso será dado pela análise da civilização Suméria, em cuja região viveram povos que migraram do sudeste do que hoje é o Irã e que estabeleceram sua primeira cidade em Erech. As escavações que foram feitas no lugar onde se localizam as ruínas da cidade mostram que:

Erech começou como uma aldeia de agricultores neolíticos. A decadência e renovação de aldeias sucessivas [...] que lentamente subia acima do nível da planície alagada. O primeiro metro e meio desse morro artificial consiste totalmente em ruínas de cabas de junco ou casas de tijolos de barro. Os restos simples recolhidos ali ilustram o progresso resumido de uso de metal, roda de cerâmica, etc. a aldeia cresce de tamanho e riqueza, mas continua uma aldeia. Mas de súbito, ao invés das paredes e lareiras de cabanas modestas, surgem os alicerces de uma construção realmente monumental (CHILDE, 1988, p. 29).

Gordon Childe indica, portanto, que Erech teve início numa aldeia de agricultores neolíticos, às margens dos rios, provavelmente contando com os alagamentos e enchentes para o desenvolvimento da agricultura. No local foram encontradas ruínas de cabanas de junco e barro e alguns metros acima foram encontrados vestígios de uma aldeia que já utilizava metais e cerâmicas. Há ainda, mais acima, edificações, templos e vestígios de uma grande cidade.



Erech é o início da primeira civilização mesopotâmica, a Suméria, cujas principais cidades-estado foram Ur, Uruk, Erech e Lagash. Para pensar essas cidades-estado e refletir acerca das formas de organização desses agrupamentos urbanos naquele contexto histórico, é possível partir das contribuições do historiador Jaime Pinsky (2005), que indica que cada cidade-estado tinha autonomia política, religiosa e econômica e era governada por um sacerdote e um conselho de anciões; analisar-se-á, seguindo as sugestões de Pinsky, como esse processo se desenvolveu.

As aldeias primitivas da Mesopotâmia estavam organizadas em clãs, cada qual com a sua divindade e seus sacerdotes. Essas aldeias sobreviviam da agricultura e de algumas trocas, o que contribuiu para que esses povos se mesclassem e dessem início a cidades, as quais não eram unificadas em torno de um único deus-rei como no Egito.

Com as atividades econômicas, essas cidades se desenvolveram e estabeleceram um chefe político que, segundo Pinsky (2005, p. 70), era representante de uma divindade e tinha a autonomia de controlar o trabalho, a economia, os templos; mais tarde, esse *patesi* (como os Sumérios o chamavam) recebeu poder de rei, tornando-se esse título hereditário, o que deu início às dinastias.

Os Sumérios adoravam deuses que tinham forma humana e representavam a natureza e os astros e, para cultuar esses deuses, foram erguidas construções monumentais como, por exemplo, uma espécie de montanha artificial com nome de Zigurate, torre de degraus construída provavelmente de barro formado com as mãos e camadas de betume, numa altura de 11 metros, com seus cantos voltados para os pontos cardeais e, no alto, um pequeno templo de paredes de tijolos brancos, madeira importada (demonstrando o comércio com outros povos) e altares adornados.

Exemplo de Zigurate (recriação aproximada)



Disponível em:
<<http://www.crystalinks.com/ziggurat.html>>
Acesso em: 16 fev. 2009.

De acordo com a análise de Pinsky (2005, p. 71), há nessas construções uma organização da força de trabalho, na qual se verifica uma especialização de tarefas coordenadas pelos dirigentes dos templos que controlavam os artesãos (pedreiros, carpinteiros, pintores, tecelões) e esses, ao empregarem suas habilidades em favor da construção dos templos, eram alimentados e vestidos pelos excedentes recolhidos junto à população. Os artesãos, portanto, eram orientados pelos sacerdotes, e essa “oferta” se justificava em nome do deus. Pinsky ainda adverte:

O sacerdote não explorava o artesão pelo fato de ser, pessoalmente, um mau elemento, de possuir um mau caráter. Ele na verdade desempenhava o papel de organizador do processo de trabalho, em nome de cuja racionalidade agia (PINSKY, 2005, p. 71).

Os excedentes que alimentavam esses trabalhadores do templo, na maioria das vezes, não eram exatamente os “restos”, mas doações feitas pelas camadas inferiores ao deus, o que se justifica por crerem que toda provisão de sua colheita, sem a qual não sobreviveriam, dependia do deus. Para que os trabalhadores se aproximassem mais do deus, poderiam visitar a casa terrena da divindade, o templo, e dispor de um porta-voz, o sacerdote. Cada cidade-estado possuía seus templos e seus sacerdotes, os quais eram como administradores das riquezas do deus: das ofertas, dos excedentes, das terras e dos bens da divindade.



Os Sumérios acreditavam que o deus podia cobrar tudo o que era seu, inclusive as ofertas, e, por isso, fazia-se necessário um controle de tudo o que pertencia à divindade. Nesse caso, Pinsky (2005) aponta que foi criado um sistema de contar, talvez o mais antigo documento contábil já encontrado: trata-se de tábuas de argila que continham a marca de um selo e vários furos. Esses furos contavam algum tipo de bem do templo.

Desenvolveu-se a partir dos Sumérios uma forma de contar e registrar e uma escrita feita com auxílio de glifos em formato de cunha:

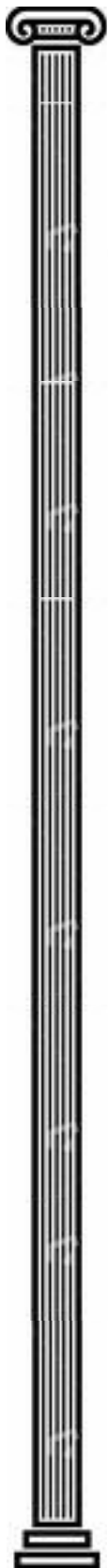
[...] os primeiros símbolos são praticamente auto-explicativos, os pictogramas. A escrita pictográfica não se constitui, contudo, numa exaustiva reprodução naturalista do objeto a ser representado; para falar de boi, não havia necessidade de mostrar seus pêlos ou seus cascos ou o comprimento exato da cauda. Bastava traçar sua figura de forma esquemática para se saber a que se queria referir (PINSKY, 2005, p. 73-74).

Em princípio, essas simplificações encontram várias versões e, mais tarde, decide-se por uma dessas versões ou pela síntese de algumas delas, dando início à escrita cuneiforme, que juntamente com os hieróglifos egípcios formam a mais antiga forma de escrita humana.

Exemplos de caracteres da escrita cuneiforme mesopotâmica



Disponível em:
<http://www.pedravermelha.com/for-prof/historia-gd/3oriente/meso_cuneiforme.jpg>
Acesso em: 16 fev. 2009.



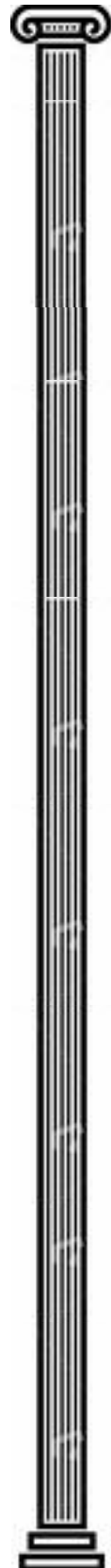
No que se refere ao processo de organização política, segundo Childe, firmado no discurso de representar o deus na terra, surge, ao lado da divindade em cada cidade, um vice-governante que aos poucos foi se tornando rei, e se acreditava que esse possuía genes de divindade, sendo também a representação direta do deus, “exercendo assim, um poder temporal divino sobre os homens”. Childe ainda adverte que, segundo documentos antigos, o rei oprime seus súditos, e, citando Engels, caracteriza o surgimento dessa concepção de Estado na figura do rei na Mesopotâmia: “O estado na verdade surgiu da sociedade, coloca-se acima dela e separa-se dela” (CHILDE, 1978, p. 38).

Tão logo o rei obteve poder econômico e militar dentro da cidade-estado, seu poderio acelerou o acúmulo de bens nos templos com os excedentes arrecadados. Esses excedentes eram destinados à riqueza real e serviam também para o sustento de artesãos, músicos, ministros e soldados do rei. No que diz respeito aos soldados, além de protegerem, contra possíveis invasores, as cidades-estado e as obras públicas, templos, canais de irrigação e lavouras, também investiam contra as cidades-estado vizinhas na tentativa de dominá-las e exercer poder sobre elas.

Childe afirma que enquanto os Sumérios se preocupavam com as intermináveis guerras dinásticas entre suas cidades-estado, um povo de origem semita, os Acádios, instalava-se na Mesopotâmia, às margens do Tigre:

[...] as contas dos templos, registram, na verdade, guerras entre cidades e tratados que as suspendiam temporariamente. A ambição de qualquer dinastia de uma cidade era a hegemonia sobre seus vizinhos. Mas nenhum resultado permanente foi obtido por essas lutas intestinas até 2500 a.C. (CHILDE, 1978, p. 39).

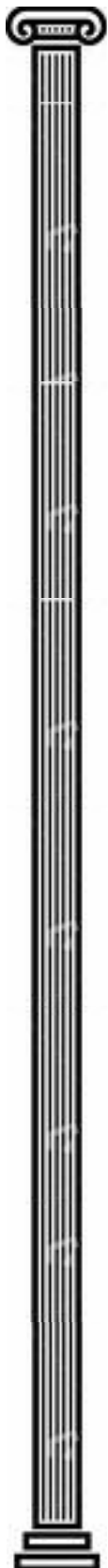
É em relação a esse período que, segundo Childe (1978, p. 38), as fontes mostram a primeira cidade fundada pelos Acádios, Acad (ou Agade), na Mesopotâmia. Esse povo se desenvolveu economicamente com as mesmas



características que os Sumérios, dando prioridade à agricultura, e, além disso, investiu em batalhas para a conquista de territórios sumérios. Bem sucedidos em suas empreitadas para a conquista de cidades-estado sumérias e com a instalação de novas cidades acádias, por volta de 2500 a.C., Sargão, “o velho”, lidera a unificação dos Acádios e constitui o primeiro Império Mesopotâmico.

Sargão, “o velho”, como era conhecido por seus contemporâneos, é relatado, em narrativas de época, como um herói guerreiro, um profeta enviado pelos deuses para comandar o povo acádio. Encontra-se, na coletânea *100 textos de história antiga*, organizada por Jaime Pinsky, uma fábula acerca da história do nascimento de Sargão, o qual teria sido lançado no rio, logo após seu nascimento, dentro de um cesto de junco com betume, sendo achado por Akki, o tirador de águas, que o criou como filho:

Sargão, o poderoso rei, de Agade, eu sou.
Minha mãe foi uma substituída, meu pai eu não conheci.
O(s) irmão(s) de meu pai amavam as montanhas.
Minha cidade é Azupiranu, que está situada às margens do Eufrates.
Minha mãe substituída concebeu-me, secretamente ela me fez nascer.
Ela me colocou numa cesta de junco, com betume ela selou minha tampa.
Ela me jogou ao rio que não me cobriu.
O rio me conduziu e me levou até Akki, o tirador de água.
Akki, o tirador de água, retirou-me quando mergulhava seu ja[r]ro.
Akki, o tirador de água, [tomou-me] como seu filho (e) criou-me.
Akki, o tirador de água, nomeou-me seu jardineiro.
Enquanto eu era jardineiro, Ishtar concedeu-me (seu) amor.
E por quatro e [...] anos eu exerci a realeza.
O [povo] cabeça-negra eu comandei, eu gov[ernei];
Poderosas [mon]tanhas com enxós de bronze eu conquistei,
As cordilheiras mais altas eu escalei,
Os vales eu [atrav]essei,
As [terra]s do mar três vezes circundei.
Dilmun minha mão cap[turou]
[Ao] grande Der eu [subi], eu [...]
[...] eu alterei e [...].
Qualquer que seja o rei que possa vir depois de mim,

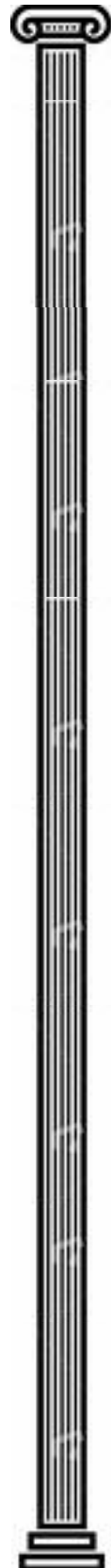


Deixe que ele c[omande , deixe que ele governe] o [po]vo
cabeça-negra;
[Deixe que ele conquiste] poderosas [montanhas] com
enxó[s de bronze],
[Deixe] que ele escale as cordilheiras mais altas,
[Deixe que ele atravesse os vales mais profundos],
Deixe que ele circunde as [ter]ras do mar três vezes!
[Dilmun deixe que sua mão capture].
Deixe que ele suba [ao] grande Der e [...]!
[...] da minha cidade, Aga[de...]
[...]...[...]
(Restante quebrado)
ANET, 119 (PINSKY, 2006, p. 49-50).

É pertinente observar que essa história se assemelha a outra história conhecida, na qual Moisés liderou a saída dos Hebreus do Egito. Na história se conta que Moisés foi lançado por sua família às águas do Nilo num cesto de junco, que foi encontrado pela filha do Faraó e essa o criou como filho.

Não se trata de fazer juízo de valor a respeito da veracidade das crônicas, não é a intenção deste livro, mas cabe apontar as semelhanças entre as histórias. Contudo, as fontes mostram que Sargão foi o líder acadiano que conseguiu unificar o Império e expandi-lo por toda a região compreendida entre o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo, sendo que os Acádios assimilaram a cultura suméria. No entanto, centraliza-se o poder em Sargão, anulando a autoridade dos sacerdotes. Ainda segundo Pinsky (2005, p. 80), Sargão tornou-se “unificador daquela enorme teia de cidades” e passou “para a História como o primeiro verdadeiro rei mesopotâmico e não um simples chefe local”.

Para Childe, o ataque de povos como os “guti” (povo de origem asiática) e os elamitas (povo de origem semita) enfraqueceu o Império Acádio. Com isso, povos que viviam nas proximidades da cidade da Babilônia, como os Cassitas, Arameus e Caldeus, ascenderam e, com seu fortalecimento, conquistaram a Babilônia, “tornando-a uma realidade política, uma nação unificada, com uma capital comum, um código de leis e um governante, Hamurabi” (CHILDE, 1978, p. 39).

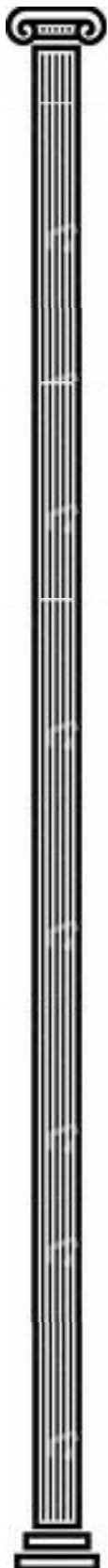


Hamurabi foi o primeiro imperador da Babilônia e elaborou o primeiro código comum de leis escritas, o “Código de Hamurabi”. Contudo, Pinsky (2005, p. 81) ressalta que Hamurabi não criou um código de leis, o que ele fez foi unificar as legislações já existentes – baseadas na Lei do Talião: “olho por olho, dente por dente” – e documentá-las em tábuas de argila, implantando um modelo de jurisprudência e difundindo uma forma de escrita.

Para que se possa compreender a dimensão do que significou o Código de Hamurabi nos planos temporal e espacial, José Jobson de Andrade Arruda (1981, p.71) aponta que o primeiro Código de Hamurabi foi encontrado na cidade de Susa, sendo que uma tábua do Código ficava no templo da Babilônia e outras tábuas foram distribuídas por todo o império para difundir a lei. Segundo Arruda (1981, p.72), o Código intervinha de forma enérgica na economia, estabelecendo regras de trabalho, valores de aluguéis, salários, bens, animais e regras de comércio; comércio, aliás, no qual teve bastante importância a figura do “tamkarum”, uma espécie de mercador atacadista, usuário e funcionário do governo; ele comprava e vendia em nome do rei, fazia empréstimos aos agricultores com taxas altíssimas, às vezes impagáveis.

Pinsky (2005, p.82) tem a preocupação de enfatizar, em sua análise do Código, a existência de três classes distintas: ricos, povo e escravos, em relação às quais delimita os privilégios, direitos e obrigações. Por exemplo, os ricos pagavam mais impostos, porém, se fossem cometidos delitos contra eles o acusado seria severamente punido; os escravos tinham direitos, como o de casar, mas seus corpos eram marcados como gado.

Outro ponto relevante da análise de Pinsky (2005, p.82) reside na discussão sobre o papel das mulheres, as quais tinham direitos de assumir cargo público ou administrar os dotes dados por seu pai. Todavia, se fosse



provado adultério, elas podiam ser castigadas pelo marido, que, por direito, podia ter uma concubina. Os filhos varões herdavam os bens do pai e as filhas tinham direito a um dote.

Ciro Flamarion Cardoso (1995, p. 47), por sua vez, propõe outra abordagem em seu estudo do Código, direcionando seu recorte para as propriedades, e explica que é possível perceber três tipos de propriedades: as reais, as do templo e as particulares. As terras reais podiam ser cultivadas de várias maneiras: por rendeiros que pagavam um aluguel pelo lote; por colonos que pagavam em produtos; por homens de corvéia que exerciam trabalho forçado por tempo limitado; por funcionários públicos que, em troca das terras, ofereciam seus serviços ao rei.

Conclui-se que tanto Sumérios quanto Acádios e Babilônicos tiveram seu poder administrativo funcionando de forma regional e temporal, porém, a língua era a mesma, a cultura era semelhante, as atividades econômicas desenvolvidas eram iguais e, a partir disso, é possível inferir que, mesmo desprovidos de uma consolidação do Estado, houve uma civilização mesopotâmica, baseada em um conjunto de traços fundamentais.

Por seu turno, a história dos Assírios, povo que manteve estreito contato com aqueles tratados acima, é pouco conhecida: as fontes históricas registram, como aspectos a serem destacados, que os mesmos tiveram o primeiro exército organizado com recrutamento obrigatório, que possuía infantaria de lanceiros e arqueiros, além de utilizarem carros de combate, aríetes, catapultas e cavalaria. Com todo esse aparato militar, os Assírios investiram numa jornada para conquistar um corredor que os ligasse ao Mar Mediterrâneo e, nessa empreitada, tomaram territórios no Egito e na Mesopotâmia.

No período de 668 a 626 a.C., no reinado de Sargão II, Senaqueribe e Assurpanibal, que eram entusiastas das letras, construíram uma prestigiosa biblioteca em Nínive,

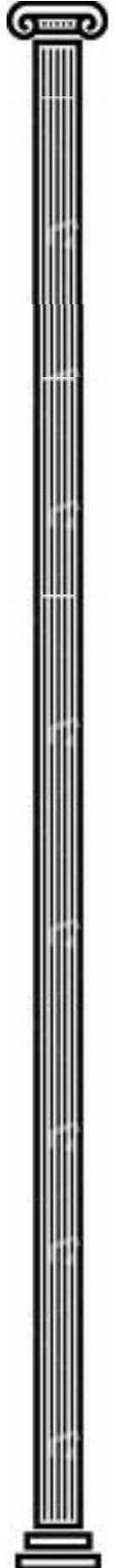
sobre a qual se encontra uma descrição no texto de Aymard e Auboyer, no livro *História Geral das Civilizações*:

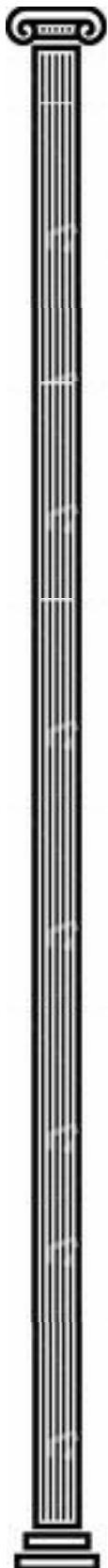
A partir da época de Hamurábi, certos templos passaram a organizar bibliotecas, em que as tabuinhas, cuidadosamente classificadas segundo o gênero e a obra, empilhavam-se em cestos dotados de uma etiqueta de argila, de acordo com um processo igualmente utilizado para a classificação e conservação dos arquivos. Houve soberanos que agiram de modo semelhante em seus palácios, contudo, nenhum dedicou tanta energia sistemática a esta atividade como Assurbanípal, que afirmava ter recebido dos deuses “toda a ciência da escrita”. Ordenava a seus funcionários que procurassem e enviassem ao palácio os originais, ou pelo menos cópias, de todos os textos rituais, religiosos, mágicos, astronômicos, históricos, etc. [...] Os arqueólogos ingleses puderam, assim, descobrir nas ruínas de Nínive, milhares de tabuinhas que constituem, atualmente, uma das principais riquezas do British Museum (AYMARD; AUBOYER, 1972, p. 159).

Foram os anos de auge dos Assírios, que controlaram vários territórios, inclusive Tebas no Egito. No entanto, uma seqüência de contra-ataques internos como os dos Fenícios, Babilônicos e Mesopotâmicos, enfraqueceu o Império Assírio, que não resistiu à dominação de algumas cidades como Nínive, por Medos e Caldeus.

Após o declínio dos Assírios, os caldeus tomaram o território mesopotâmico e reinaram sobre a Babilônia, fundando uma nova dinastia babilônica por volta de 612 a.C., com o rei Nabupalasar que foi substituído por seu filho Nabucodonosor. Nabucodonosor organizou diversas campanhas militares de tomada de territórios vizinhos, obtendo êxito em suas empreitadas, inclusive na tomada de Jerusalém por volta de 587 a.C., levando milhares de Hebreus para serem escravos na Babilônia, os quais provavelmente trabalharam na construção dos Jardins Suspensos da Babilônia e da Torre de Babel.

Por volta do século VIII a.C., povos de origem ariana, os Persas e Medos, atravessaram o Cáucaso para se estabelecerem no território compreendido no que hoje corresponde ao Irã. Os medos dominaram a cidade de





Nínive, pondo fim ao Império Assírio naquele lugar. Desse modo, ambos firmaram uma unificação dos povos, instituindo Ciro como seu único rei e fundando a dinastia Aquemênida.

Os Persas investiram em diversos ataques para conquista de territórios e, sob o comando de Ciro, obtiveram êxito sobre a Mesopotâmia. Comandados por Cambises II, lançaram-se em ataque contra o Egito, chegando a vencer o exército do Faraó Pelusa. Quando Dario assumiu o poder, centralizou seu comando, principalmente nas cidades da Babilônia, Persépolis e Susa.

Para que se possa compreender o Império Persa a partir de sua expansão, observem-se os apontamentos de Arruda (1981, p.73) que descreve um Império organizado em “satrapias”, espécie de organização administrativa cujo chefe era o “sátrapas”, um governador auxiliado por um chefe militar e um secretário. Para evitar rebeliões e tentativas de independência das “satrapias”, o imperador persa enviava inspetores para fiscalizar os “sátrapas”.

Segundo Arruda (1981, p.74), mesmo com essas tentativas de manter o poder, o Império Persa teve dificuldades para controlar as diversas revoltas populares, decorrentes da insatisfação das camadas inferiores. Por terem uma extensão territorial bastante representativa, não era possível controlar ao mesmo tempo todo o território. Contudo, Dario III governou até 330 a.C., quando foi destituído pelo exército de Alexandre “O Grande”, rei da Macedônia.

1.3. O EGITO

“Mais que um rio, o Nilo era um verdadeiro deus para os egípcios”.

Gaston Camille Charles Maspero

Os primeiros sinais de trabalho humano na região que compõe o Egito Antigo encontram-se no lado ocidental do Delta do Nilo, onde, segundo indica Ciro Flamarion



Cardoso em sua obra *O Egito Antigo*, desenvolveu-se o trabalho agrícola, baseado no cultivo de cereais e linho, não apresentando, nos momentos iniciais – no período conhecido como pré-dinástico –, uma organização social consistente.

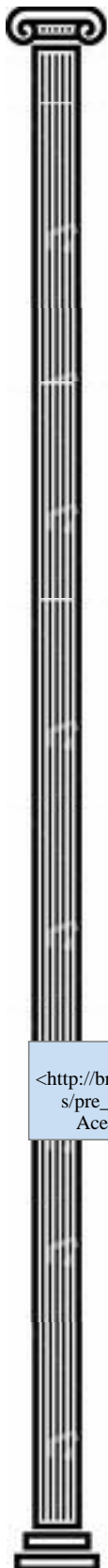
Heródoto (historiador grego do século V) escreveu: “O Egito é uma dádiva do Nilo”. Em sua viagem pelo Egito, Heródoto descreveu alguns aspectos da região e deu mais ênfase à importância do Nilo, ou seja, o Egito dependia do Nilo para existir. O historiador relata, em sua obra *História*:

Salve, ó Nilo! Ó tu que manifestaste sobre esta terra e vens em paz para dar vida ao Egito. Regas a terra em toda a parte, deus dos grãos, senhor dos peixes, criador do trigo, produtor da cevada... Ele traz as provisões deliciosas, cria todas as coisas boas, é o senhor das nutrições agradáveis e escolhidas. Ele produz a forragem para os animais, provê os sacrifícios para todos os deuses. Ele se apodera de dois países e os celeiros se enchem, os entrepostos regurgitam, os bens dos pobres se multiplicam; torna feliz cada um conforme seu desejo... Não se esculpem pedras nem estátuas em tua honra, nem se conhece o lugar onde ele está. Entretanto, governas como um rei cujos decretos estão estabelecidos pela terra inteira, por quem são bebidas as lágrimas de todos os olhos e que é pródigo de tuas bondades (HERÓDOTO, 1998, p. 365).

Jaime Pinsky (2005, p. 87) prefere problematizar a história do Egito na Antigüidade, advertindo para o fato de que homens se aproveitaram das águas do Nilo para construir uma sociedade que, numa temporalidade de longa duração, se consolidou em uma organização social e de trabalho muito bem elaborada. Para Pinsky (2005, p. 88), o que os Egípcios tiveram de excepcional foi a utilização das águas e das enchentes do Nilo para o desenvolvimento da agricultura. Cita:

É verdade que a civilização egípcia começou a ser construída com o trabalho organizado a partir de condições geográficas favoráveis. Mas a civilização não é uma dádiva dessas condições geográficas, do Nilo, uma vez que surge quando o homem atua, modificando e domando a natureza (PINSKY, 2005, p. 89).

A importância do rio é muito grande, pois, ao mesmo tempo em que irrigava as terras em épocas do ano, inundava



as regiões ribeirinhas, o que colaborou para a organização do trabalho na medida em que em épocas de cheia os pântanos alagados eram drenados e, em outras épocas, eram irrigadas as terras de cultivo. Para a melhor organização do trabalho, escolheu-se o trabalho coletivo.

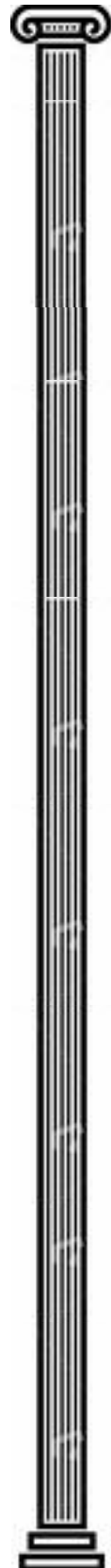
O Egito estava dividido em Baixo Egito, a região do Delta, com lugares alagadiços, territórios que, aproximando-se do Mediterrâneo, se alargam formando um Delta; e em Alto Egito, região de vale do interior do território com cerca de 10 quilômetros de largura e que chega até a primeira catarata do Nilo. Nessas regiões foram formadas as primeiras aldeias que posteriormente tornaram-se “nomos”.

Para compreender melhor o processo de organização social do Egito Antigo, recorrer-se-á ao livro de Ciro Flamarion Cardoso, *O Egito Antigo* (1988). Por volta do IV milênio a.C., esses grupos sedentarizados constituíam-se em pequenas unidades políticas denominadas “nomos”, havendo, nesse período, cerca de 22 “nomos” espalhados no Alto e Baixo Egito.

Mapa do Alto e do Baixo Egito



Disponível em:
<http://br.geocities.com/civilizacao/s/pre_dinastico/mapa01.jpg>
Acesso em: 16 fev. 2009.



Cardoso (1988, p.20) explica que os “nomos” foram as primeiras unidades econômicas, sociais e políticas dos egípcios. Espécie de clã, ao longo do tempo esses “nomos” unificaram-se no norte e no sul e constituíram assim dois reinos distintos, um em cada região. Após alguns combates, o reino do sul venceu o do norte, unificando o Egito e estabelecendo o Antigo Império. O primeiro Faraó foi Menés, que teve vários sucessores.

A unificação foi um acontecimento que contribuiu para o crescimento dos egípcios como civilização, pois no delta encontraram vasta vegetação e água em abundância, e no vale encontraram um lugar propício para a criação de animais. Segundo Pinsky (2005, p. 92), “os primeiros faraós – os reis egípcios – se diziam, por isso, senhores das duas terras, do delta e do vale, diferença reconhecida e por todos respeitada”.

Nesse período do Antigo Império, entre 2700 a.C. e 2600 a.C., foram construídas as Pirâmides de Gizé, atribuídas aos Faraós Quéops, Quefrén e Miquerinos. Construídas para servirem de túmulo para os faraós, as Pirâmides são até hoje monumentos arquitetônicos intrigantes, por sua grandeza e genialidade. As obras foram construídas em blocos imensos de pedras que vinham de Tura na margem do Nilo, eram conduzidas por balsas e depois arrastadas por rampas até o local de edificação. As pedras eram polidas com areia e erguidas por manivelas até o lugar definitivo.

As Pirâmides despertam a curiosidade de quem as observa. Heródoto garantiu que foram precisos 100 mil homens, trabalhando em turnos, para a edificação das mesmas e que muitos morreram esmagados pelas imensas pedras. Mas talvez o elemento mais surpreendente seja a perfeição das medidas: a base forma um quadrado quase perfeito de 230 metros, com diferença de no máximo três centímetros de cada lado, o que corresponde a 0,01%.

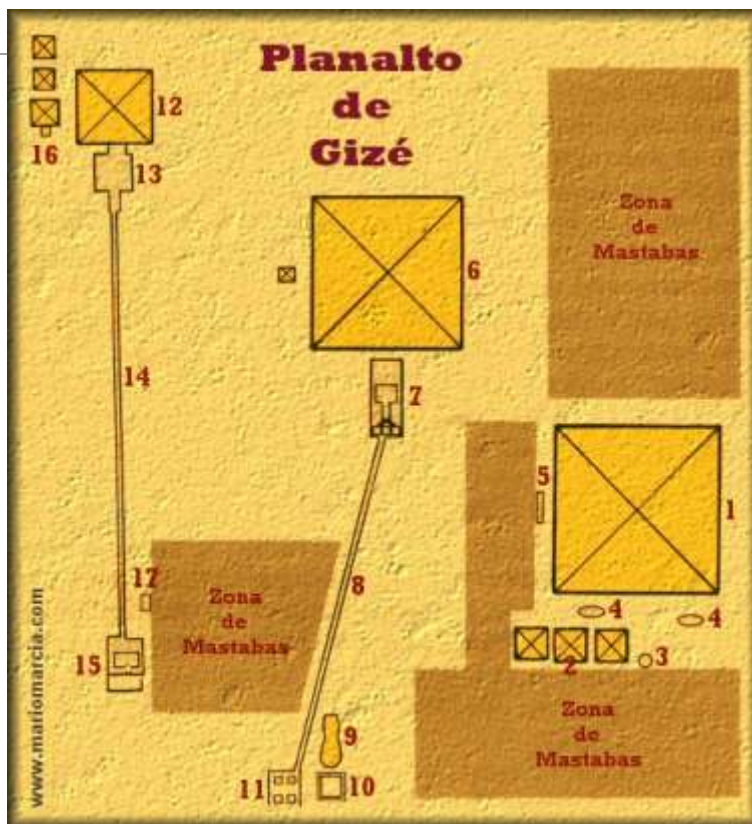
Mapa do planalto de Gizé, no qual estão as três pirâmides

Disponível em:

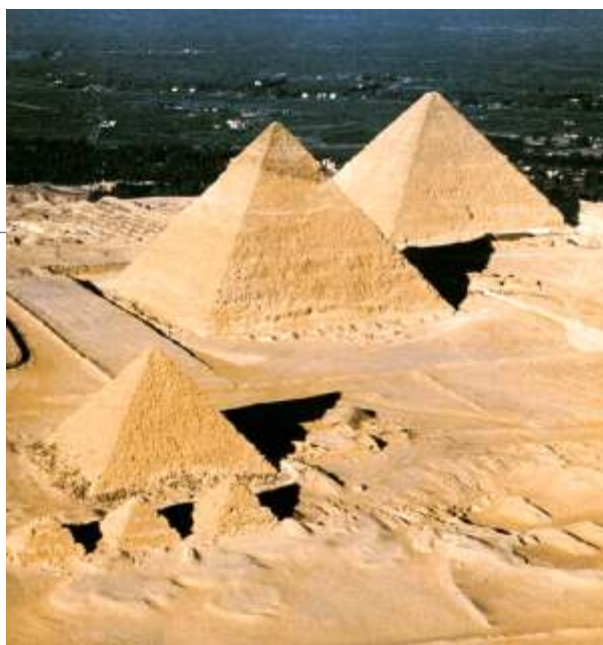
<<http://www.mariomarcia.com/FotosViagens/Africa/Egipto/InfoEgypt/MapasPlantas/EgyptMapaPlanaltoGize1.htm>>
Acesso em: 16 fev. 2009.

LEGENDA

- 1-Grande Pirâmide de Quéops (Khufu);
- 2 - Pirâmide da Filha de Quéops;
- 3 - Túmulo de Hetepheres;
- 4 - Buracos de Barcos (boat pits);
- 5 - Boat Museum;
- 6 - Pirâmide de Quefrén (Khafre);
- 7 - Templo Mortuário de Quefrén (Khafre);
- 8 - Passagem do Templo do Vale;
- 9 - Grande Esfinge;
- 10 - Templo da Esfinge;
- 11 - Templo do Vale de Quefrén (Khafre);
- 12 - Pirâmide de Miquerinos (Menkaure);
- 13 - Templo Mortuário de Miquerinos;
- 14 - Passagem de Miquerinos;
- 15 - Templo do Vale de Miquerinos;
- 16 - Pirâmides das Rainhas;
- 17 - Túmulo de Khentkaus.

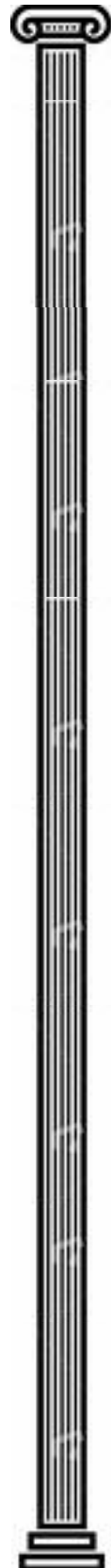


Vista aérea das três pirâmides



Disponível em:

<<http://br.geocities.com/vitaluxbrasil/Piramides2.jpg>>
Acesso em: 16 fev. 2009.

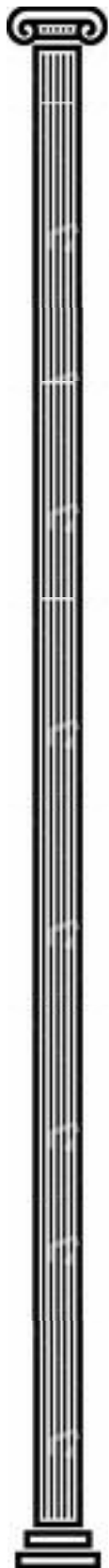


Pinsky enfatiza que, por conta dessa perfeição, algumas teorias infundadas a respeito da construção das Pirâmides surgem de vez em quando, como a de que essas foram construídas por extraterrestres e andróides, para ele (2005, p.103): “alguns escritores incultos em vez de tentar entender as pirâmides preferem atribuí-las a seres extraterrestres”.

As Pirâmides estão diretamente ligadas à religiosidade egípcia, pois, como se sabe, o Faraó, além de líder absoluto (esse fato não segue imutável na história egípcia, como se observará adiante), era chefe militar e religioso; era tido como filho legítimo do deus e dono daquelas terras, como explica Childe (1978, p. 42): “a autoridade do Faraó como deus, sua capacidade mágica de garantir a prosperidade da terra, consolidava-se continuamente pela invenção de novos ritos e aumento de seus atributos”. O Faraó era um rei-imortal e, por isso, as pirâmides serviriam como sua última morada terrena. Obviamente, os Faraós morriam e eram sucedidos por filhos ou irmãos, constituindo assim inúmeras dinastias.

Contudo, existem divergências a respeito da teocracia egípcia. Ciro Flamarion Cardoso usa o termo teocracia egípcia pelo fato de que o Faraó era o líder máximo e era considerado uma divindade. No entanto, Jaime Pinsky acredita que esse termo não pode ser usado, pois havia sacerdotes no Egito e os mesmos não tinham poderes, mas eram instrumentos do poder faraônico.

Os sacerdotes, segundo Cardoso (1988, p.22), eram responsáveis pela administração dos bens que os fiéis e o Estado ofereciam ao deus, e, por esse motivo, gozavam de regalias e honras. Era uma carreira lucrativa que passava de pai para filho. Além disso, os sacerdotes tinham considerável influência política por causa do respeito do qual gozavam junto ao Faraó e aos altos funcionários do palácio. Os sacerdotes que serviam os grandes deuses gozavam de maiores privilégios, como se pode ver no caso do Profeta de Amon.



Sabe-se que o Faraó era identificado como encarnação dos deuses. Por muito tempo foi conhecido como Horo (falcão), depois como Horo-Rá e posteriormente como Amon-Rá que se transformou em Amon. Os Egípcios antigos acreditavam que o Faraó, filho direto ou legítimo do deus, era o único que podia dialogar com ele, e disso dependia a felicidade dos egípcios no que diz respeito à abundância de colheitas.

A respeito da questão religiosa dos egípcios, Pinsky (2005, p. 97) apresenta alguns apontamentos, descrevendo que eram realizadas cerimônias religiosas nas quais o povo cultuava o Faraó e, nessas cerimônias, usava-se a coroa cerimonial, combinação de duas coroas que representava a unificação do Egito: a alta mitra branca simbolizando o reino do sul e a touca vermelha simbolizando o reino do norte. Como é possível constatar nos painéis do antigo Egito, nessas cerimônias o Faraó vestia-se luxuosamente com trajes, jóias, barba postiça e coroa. Além disso, os Faraós podiam ter várias esposas, mas apenas à primeira era concedido o título de rainha. Tão luxuosos como as roupas dos Faraós eram os monumentos erguidos por ordem desses. Tais monumentos eram estádios, templos e estátuas, os quais foram utilizados como fontes para a interpretação e para a escrita da história do Antigo Egito.

Como exemplo de fonte histórica que permite o entendimento da divinização da figura de Faraó, Fernand Braudel (2001, p. 88) aponta os Textos das Pirâmides e descreve um trecho de um desses documentos: “o famoso hino ao faraó canibal que se alimenta dos deuses, que come os grandes no almoço, os médios ao jantar e os pequenos à ceia, que lhes quebra as vértebras e arranca o coração, que devora crus os que encontra no seu caminho”. A respeito das fontes históricas que tornam possível o estudo da vida cotidiana das massas populares egípcias, Braudel aponta, ainda, os túmulos, as estátuas de argila, as pinturas que

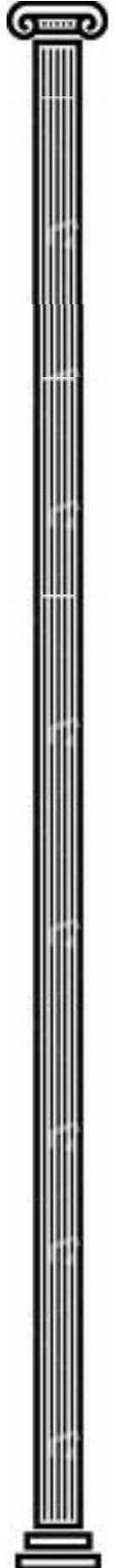
trazem narrativas acerca do dia-a-dia da população, quando as pessoas estavam ceifando, semeando, carregando cargas, puxando redes ou construindo, enfim, envolvidas no trabalho. Serão apresentados, agora, os períodos nos quais se costuma dividir a história do Antigo Egito.

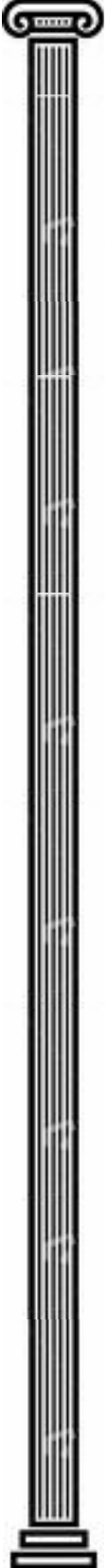
☆ O Antigo Império (3200 a.C. – 2200 a.C.)

Denomina-se Antigo Império o período iniciado pela unificação dos nomos em reinos distintos (também conhecido como período pré-dinástico). Mais tarde, esses reinos passaram a ser governados por um único rei, o Faraó, iniciando um período de dinastias. O Faraó governava com poder absoluto e era auxiliado por funcionários e representantes em cada nomo. Além disso, nesse período foram construídas as Pirâmides, como citado anteriormente. Os últimos tempos do Antigo Império foram caracterizados pelo questionamento da autoridade dos Faraós.

Como o poder faraônico alcançava todos os âmbitos da sociedade egípcia, o governante precisava estar bem assessorado e, para isso, era rodeado de altos funcionários do palácio e da nobreza, grupos constituídos por seus parentes, pelos oficiais do exército, chefes locais, escribas e sacerdotes. Esses assessores desfrutavam de regalias como, por exemplo, extensos territórios, palácios e uma vida luxuosa.

Os escribas, “pessoas letradas” que conheciam os complicados caracteres da escrita egípcia, ocupavam os cargos mais elevados: magistrados, inspetores, fiscais de rendas públicas e responsáveis pela coleta de impostos pagos ao rei. Segundo Pinsky (2005, p. 103), o Faraó continuava detendo o poder maior, o próprio nome “Faraó” quer dizer “casa grande”: “de onde tudo emana e para onde tudo converge”. O escriba simbolizava os olhos, os ouvidos e a boca do Faraó, ou seja, era o executor das ordens reais.





Entre 2400 e 2000 a.C., a figura faraônica começou a enfraquecer; usualmente explica-se esse enfraquecimento como resultado da ascensão dos nomarcas (atenção para não confundir nomarcas com monarcas), governantes dos nomos. Cada aldeia podia eleger seu líder, que tinha poder limitado pela fiscalização de funcionários do Faraó, os quais conferiam rebanhos, transmitiam e orientavam a respeito das normas. Tais nomarcas tiveram o apoio de parte da nobreza e, com a ascensão desses grupos, ocorreu o enfraquecimento do poder do Faraó, que enfrentou, ainda, as revoltas populares e as invasões de outros povos.

✓ O Médio Império (2000 a.C. – 1750 a.C.)

Apesar dos desequilíbrios que marcaram o final do Antigo Império, os Faraós conseguiram recuperar seu poder no período denominado Médio Império, valendo-se de força para controlar o “felá” – termo utilizado para designar os camponeses.

O papel do “felá” no Antigo Egito era trabalhar para garantir a prosperidade econômica do reino, executando o trabalho agrícola, o trabalho nas minas, nas construções, nas pedreiras e os serviços artesanais; recebia como pagamento, por essas funções, os produtos necessários para sua sobrevivência. Suas condições de vida eram simples, embora esses homens fossem a força bruta necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas do Egito.

Para Arruda (1981, p. 45), os principais desafios enfrentados pelos Faraós nesse período foram as invasões de tribos originárias da Ásia, como os Hicsos, povos nômades do planalto asiático que dominaram a região do delta. Os Hicsos contribuíram para a difusão e assimilação da utilização dos cavalos e dos carros de guerras, práticas desconhecidas pelos Egípcios.

Foi necessário, por meio do investimento em armamentos e soldados, o fortalecimento dos exércitos para



reconquistar o território invadido pelos Hicsos; a participação no exército não era bem vista pela população, por isso, estrangeiros eram aceitos como soldados. Esses, na maioria das vezes, combatiam a pé; depois da disseminação dos cavalos, formaram-se as cavalarias nas quais passaram a lutar.

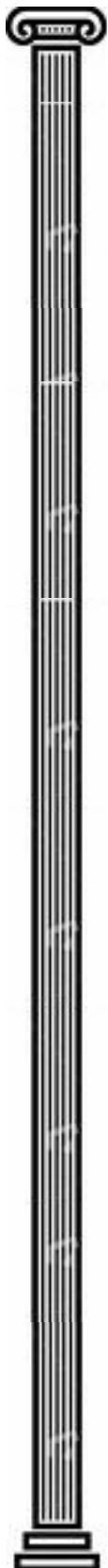
Posteriormente, os soldados ficaram conhecidos pelos saques que faziam durante suas conquistas. Após a expulsão dos Hicsos, o exército egípcio investiu na conquista das regiões da Palestina e da Núbia, explorando as minas de ouro e cobre dessas regiões. A força militar também passou a proteger as minas e as rotas comerciais egípcias.

✓ O Novo Império (1580 a.C. – 1085 a.C.)

O período conhecido como Novo Império foi uma fase marcada pelo extraordinário desenvolvimento militar, inaugurando uma política de conquistas que se pode denominar de fase imperialista; durante o período, foram criadas instituições administrativas que visavam garantir a centralização do poder faraônico e o pagamento de impostos.

Segundo Arruda (1981, p. 45), esse período de imperialismo começou com o reinado de Amésis I, sucedido por Tutmés I e Hatshepsut, que foi regente até a maioridade de Tutmés III. Hatshepsut foi a primeira mulher para a qual foram atribuídos poderes faraônicos e foi também a primeira a usar a dupla coroa, símbolo do poder máximo. Nesse período, dois grupos foram fortalecidos:

- Os militares: a partir das técnicas militares aprendidas com os Hicsos, os militares organizaram, ao longo dos anos, exércitos que se tornaram uma categoria profissional prestigiosa. As invasões de Jerusalém, Damasco, Assur e Babilônia trouxeram prestígio político e econômico aos militares, revertendo-se a visão anterior acerca desse grupo que era mal visto pelos egípcios.



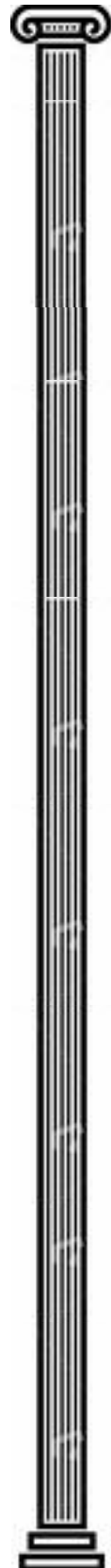
- Clero de Amon: os sacerdotes de Amon eram recrutados dentre os principais funcionários do palácio, tinham como objetivos o reforço religioso da figura do Faraó e o acúmulo de riquezas provindas de doações aos templos. Seu prestígio colocou em risco a própria imagem do Faraó (Cf. ARRUDA, 1981, p. 46).

Quando o Faraó Amenófis IV assumiu o poder, começou a emergir uma nova forma de culto entre os egípcios, o culto ao deus Aton (disco do sol), dando início a uma reforma político-religiosa no Egito na qual o próprio Faraó mudou seu nome de Amenófis para Akhenaton (aquele que cultua o disco), referindo-se ao disco do sol. Esse processo teve forte influência da rainha Nefertiti.

Contudo, o clero de Amon exercia forte influência sobre as camadas populares e, após a morte do Faraó Akhenaton, o culto a Amon voltou a ser praticado e esse foi considerado deus oficial. O faraó Tutankhaton mudou seu nome para Tuthankhamon, em sinal de adoração ao deus Amon.

Esse período foi fortemente marcado pela dinastia de Ramsés II, cujo longo reinado é um dos mais célebres da história do Antigo Egito. Ramsés II teve suas virtudes e qualidades de guerreiro exaltadas e, além de sumo-sacerdote e chefe-militar, era juiz supremo, aquele que decidia nas últimas instâncias.

Para Arruda (1981, p. 47), a política expansionista continuou no reinado de Ramsés II, que se dedicou à reconquista, em batalhas contra os Hititas, dos territórios da Fenícia e Palestina, anteriormente dominados pelos Egípcios, nos quais, inclusive, eram arrecadados impostos. Com a organização egípcia pela reconquista desses territórios inicia-se uma série de batalhas, das quais a mais famosa é a Batalha de Kadesh, que resultou num Tratado de Paz e Amizade entre Ramsés II e Hattusil III, o qual previa,



entre os dois governos, o fim da hostilidade e uma aliança contra a Ásia. Ramsés II foi sucedido por outros oito ramsészes que enfrentaram fases de decadência, de divisão e de dinastias paralelas, além das invasões de Líbios, Etíopes e Assírios, até que os Egípcios foram dominados pelos Gregos, comandados por Alexandre “O Grande”, por volta de 332 a.C., momento que marca o declínio do Antigo Egito.

1.4. OS HEBREUS

*“Escuta, Israel, o Senhor
nosso Deus é um só e único Senhor”.*

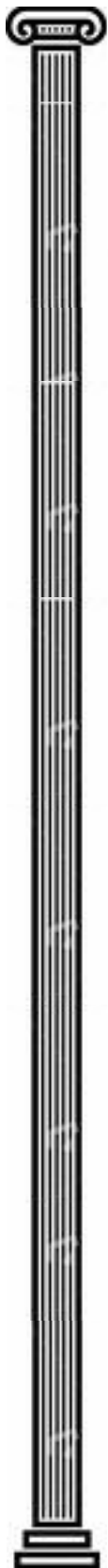
Lei Mosaica

Alguns dos principais documentos referentes ao povo hebreu foram descobertos em 1947 às margens do Mar Morto. Esses documentos – pergaminhos – trouxeram informações sobre essa civilização até então bastante desconhecida, pois as referências que havia a seu respeito eram provenientes do Antigo Testamento, ou seja, de um dos textos que compõe a Bíblia.

Os Hebreus (o termo hebreu pode ser traduzido como “povo do outro lado do rio”) eram de origem semita e no tempo do primeiro império babilônico viviam agrupados nas proximidades de Ur. Segundo fontes, chegaram à Palestina por volta do século XVIII a.C.

O território palestino nesse período era composto por quatro regiões: a faixa junto ao Mar Mediterrâneo; uma zona de montanhas e colinas áridas; uma faixa estreita entre o Jordão; e os semi-áridos que pertencem ao deserto da Síria e Arábia. Em geral, uma região que não favorecia a prática da agricultura.

Os Hebreus começaram seu povoamento em Canaã, de onde migraram para o Egito, provavelmente incentivados pelos Hicsos e impulsionados pelo clima seco que dificultava a sobrevivência que dependia da agricultura.

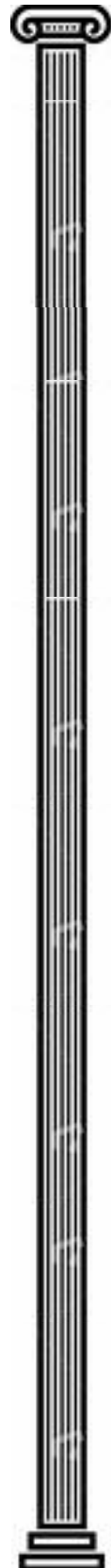


Segundo Jaime Pinsky, quando os Hicsos foram expulsos do Egito, os Hebreus sofreram grande perseguição, iniciando um processo de retirada do Egito que ficou conhecido como êxodo. Esse fato é narrado, na Bíblia, no livro do Êxodo, no qual é contada a peregrinação dos Hebreus pelo deserto sob a liderança de Moisés que teria durado quarenta anos até se instalarem em Canaã.

A ocupação de Canaã foi um processo longo e, segundo Jaguaribe, durou cerca de três séculos. Nesse contexto os grupos dividiram-se em doze tribos, as quais, em momentos de necessidade, uniram esforços sob a liderança de um conselho de juízes. Barucq adverte que, por volta de 1010 a.C., os Israelitas – os Hebreus – instituíram Saul como seu primeiro rei, gozando da mesma autoridade desfrutada até então pelos juízes.

Mas foi sobre a liderança de Salomão, filho do rei Davi, que os Israelitas tiveram maior desenvolvimento. O exército foi expandido, obtiveram o controle das rotas comerciais, das caravanas que comerciavam incenso e perfumes com as rainhas da Arábia meridional, desenvolveram a comercialização pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho. Salomão desenvolveu um reinado pacífico e diplomático e, com sua morte, explodiram duas tensões: a primeira foi o conflito entre os pontos de vista político e religioso, a outra foi a competição latente entre as tribos setentrionais e Judá ao sul. Como resultado dessas discordâncias, o reinado dividiu-se em dois, o reino de Israel ao norte e o de Judá ao sul.

Segundo Barucq, o reino de Israel não teve longa duração e foi dominado pelos assírios, os quais eram controlados por Sargão II, que converteu a região em uma província assíria. Já o reino de Judá seguiu a política diplomática de Salomão com o Egito, a Assíria e a Babilônia, submetendo-se às formas de vassalagem, pagando tributos e alianças, o que garantiu uma existência



mais longa, de quase dois séculos. Por volta de 587 a.C., Nabucodonosor e seu exército ocuparam Jerusalém em caráter definitivo. A maioria da população e certamente os que se encontravam nas camadas superiores da sociedade foram levados para a Babilônia como cativos. Nessa circunstância, portanto, desapareceram os agrupamentos populacionais que caracterizavam os povos hebreus.

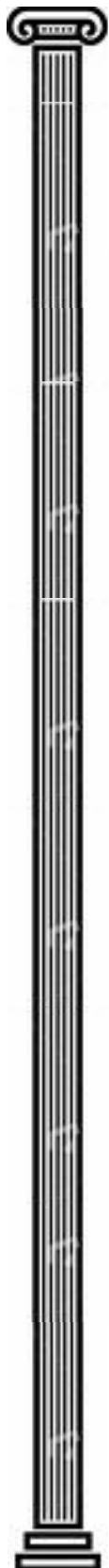
1.5. OUTRAS CIVILIZAÇÕES

Parece ser pertinente uma análise, mesmo sucinta, de algumas civilizações que habitaram o Antigo Oriente Próximo, na medida em que o objetivo deste livro é auxiliar na compreensão introdutória de temas e questões fundamentais da História Antiga. Dentre as culturas que serão observadas estão as civilizações hitita, minóica, miceniana, fenícia e lídia. Esse recorte se justifica na medida em que tais civilizações podem ser vistas como um elo entre as civilizações do Oriente (Egito e Mesopotâmia, sobretudo) e as do Ocidente (aquelas originadas ou desenvolvidas na região do Mar Egeu), ou seja, é possível compreendê-las como ponto de partida para a história grega. Para essa análise, utilizar-se-á os apontamentos de Edward Mcnall Burns (2001) e seus estudos sobre essas civilizações.

- Hititas

Segundo Burns (2001, p. 73), foram encontradas, em 1870, na cidade de Hama, na Síria, algumas pedras com inscrições singulares e, a partir dessa descoberta, iniciou-se uma pesquisa extensa sobre a civilização que produziu as pedras mencionadas.

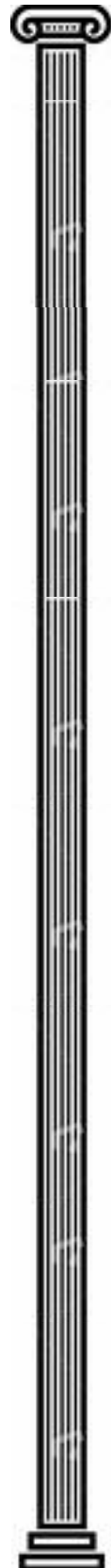
Trata-se da civilização hitita, originária do Oriente Próximo. Os fragmentos de sua existência encontram-se espalhados por toda a Ásia menor, vale do Tigre-Eufrates e o próprio Oriente Próximo; são tábuas e monumentos de



argila marcados com inscrições hititas, assim como as ruínas de uma cidade descoberta por escavações na região hoje compreendida na Turquia, conhecida como Hatusas ou Cidade Hitita. Nesse local, mais especificamente dentro dos muros da cidade, foram encontrados mais de 20.000 documentos hititas, escritos numa linguagem indo-européia que, segundo Burns, foi decifrada apenas no período da I Guerra Mundial pelo orientalista tcheco Bedrich Hrozny, o que foi de suma importância para a compreensão e análise dos vestígios encontrados.

A partir dessas fontes históricas, tornou-se claro que os hititas constituíram um poderoso império que se localizava da Ásia Menor até o alto Eufrates, por volta de 1000 a 1200 a.C. Sabe-se que a economia hitita estava fundamentada na agricultura, altamente desenvolvida, e também na extração de prata, cobre e chumbo. Aos Hititas foi atribuída a descoberta da mineração e uso do ferro e a difusão da utilização desses materiais para outras civilizações. Essa difusão deu-se pelo comércio que os Hititas mantinham com outros povos.

A legislação hitita, de acordo com Burns (2001, p. 75), embasava-se em leis e artigos que tratavam de assuntos como o controle de terras, de incumbência do rei, dos governantes e dos indivíduos, terras que deveriam ser utilizadas para a agricultura. As leis também estabeleciam os preços de mercadorias, salários e pagamentos. Quanto aos crimes cometidos, os Hititas não eram tão cruéis quanto os outros povos da mesma época: a pena de morte, por exemplo, aplicava-se a oito tipos de crimes específicos como a bruxaria – não há como mensurar que práticas eram tidas como bruxaria; entretanto, sabe-se que os Hititas tinham uma mitologia diversificada, na qual estavam presentes inúmeras divindades – e furtos de objetos reais. Para outros crimes havia relatividade nas penalidades.



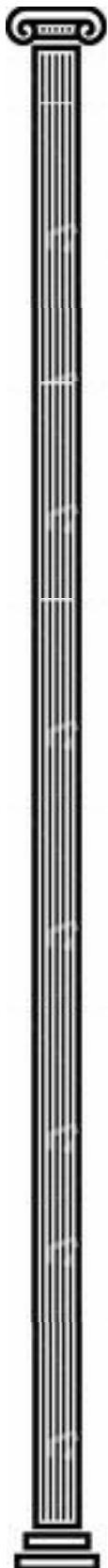
A decadência do Império Hitita foi ocasionada pela batalha travada contra o Egito, que culminou em um acordo de paz entre os dois impérios, mas enfraqueceu os Hititas frente às permanentes investidas dos Assírios e Lídios, os quais, aos poucos, conquistaram territórios hititas (Cf. BURNS, 2001, p. 76).

- Lídios e Fenícios

Nos estudos de Burns (2001, p. 83) sobre os Fenícios, o autor aponta a origem de outro povo, os Lídios, oriundos da Ásia Menor e da Europa Oriental, portanto, sua língua era indo-européia. Esses se aproveitaram de sua posição geográfica e de seus recursos naturais para gozar, ao que parece, dos mais altos padrões de vida da Antigüidade. As principais fontes dessa riqueza eram a extração de ouro das torrentes e a lã de ovelha.

O ouro presente nos carros de guerra blindados e nos objetos de uso dos cidadãos despertava a cobiça da maioria de seus inimigos além de aumentar as riquezas dos reis, que lucravam com a comercialização de ouro, pedras preciosas e com a cunhagem de moedas, técnica desenvolvida pelos Lídios. Era comum, de acordo com Burns (2001, p. 83), um sistema monetário que contava com o uso de argolas e barras de metal; com a inovação dos Lídios, a cunhagem das moedas passou a ser uma atividade difundida entre as civilizações com as quais eles mantinham comércio.

Com a ascensão comercial, os Lídios aproveitaram para conquistar outros territórios e obtiveram grande êxito nas investidas para a tomada de cidades gregas na região da costa da Ásia Menor. Comandados pelo rei Creso, atacaram o território dos Medos, os quais, todavia, foram dominados pelos Persas, comandados por Ciro, “o Grande”. Nessa investida, Creso retrocedeu e retornou à capital lídia, Sardes, onde foi pego em emboscada pelo exército de Ciro, que se apoderou da cidade, tendo feito o mesmo com as demais cidades lídias, as quais se tornaram domínio persa.



Outro povo que teve ascensão com a queda dos Hititas foi o Fenício; os homens fenícios ocuparam o território de faixa estreita entre a Palestina e os montes Líbano e Mediterrâneo. Originários dos povos semitas, os Fenícios não eram conquistadores e não dispunham de um exército organizado, tanto que pagavam para outros povos fazerem sua segurança.

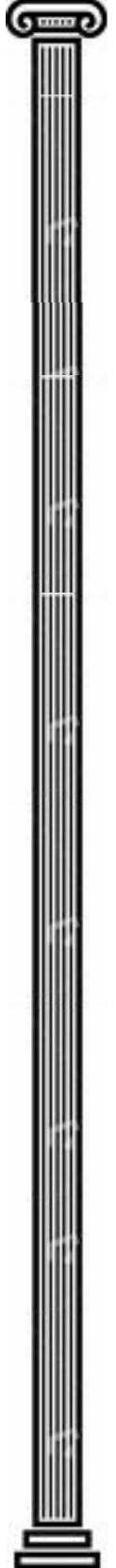
Segundo Burns (2001, p. 84), seu desenvolvimento se deu pelo comércio de mercadorias manufaturadas como o vidro e o metal, mas também por seu corante cor púrpura, extraído de um tipo de molusco. Por terem acesso direto ao mar e aos portos, a comercialização com outros povos foi facilitada para os Fenícios que investiram nas técnicas de navegação, inclusive à noite, o que tornou a estrela polar, por muito tempo, conhecida como a estrela dos Fenícios.

Todavia, para Burns (2001, p. 84), a maior contribuição dos Fenícios reside “na adoção de um sistema de sinais que representavam a voz humana e na eliminação de todos os caracteres pictográficos e silábicos”. Esse sistema de escrita foi usado mais tarde pelos Gregos, os quais o adaptaram para sua própria língua. Os Fenícios foram dominados pelos Persas e permaneceram sob o domínio desses até os exércitos de Alexandre “O Grande” invadirem o território por volta de 332 a.C.

- Minóicos e Micênicos

As fontes histórico-arqueológicas utilizadas para a compreensão das civilizações de cultura egéia – que habitavam as Ilhas do Mar Egeu, região litorânea da Ásia Menor – foram descobertas por volta de 1870, no território continental da Grécia. São ruínas de cidades altamente desenvolvidas, Micenas e Tirinto; mais tarde, o inglês Sir Arthur Evans descobriu as ruínas da capital dos Minóicos, Cnossos.

É possível encontrar referências aos Minóicos no poema épico intitulado *Ilíada*, atribuído a Homero, no qual

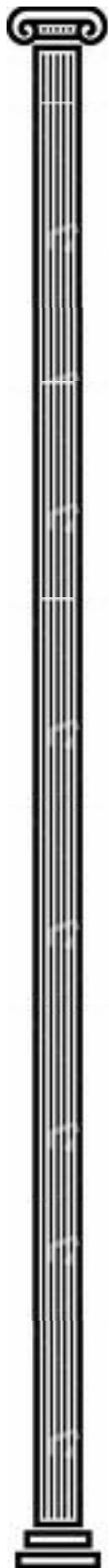


uma civilização “estranha” raptou uma mulher chamada Helena. A partir das fontes encontradas no século XIX sabe-se que tal “civilização estranha” do texto homérico era originária das Ilhas de Creta.

Burns (2001, p. 76) explica que Minóicos e Micênicos eram civilizações distintas, os últimos originados dos povos da Ásia Menor que chegaram às Ilhas de Creta por volta de 3000 a.C., liderados por Minos, líder que dá origem ao nome “Minóicos”. Esses desenvolveram uma espécie de escrita e constituíram cidades sob a liderança de Cnossos e Festo.

Por volta de 1900 a.C., povos indo-europeus migraram para a península grega e lá começaram a construir cidades, como Micenas, da qual se originou o nome dado a essa civilização, “Micênica”. Os Micênicos iniciaram uma relação comercial com a civilização das Ilhas de Creta, os Minóicos, e estabeleceram, assim, um elo entre as duas civilizações egéias.

Adverte Burns (2001, p. 78) que uma importante descoberta intelectual mudou o conhecimento acerca da história dos Minóicos e Micênicos. Por muitos anos era conhecida a existência de uma espécie de escrita chamada Linear B, comumente encontrada em Creta e na Grécia, mas não se compreendia do que se tratava na escrita por não haver nenhum conhecimento sobre tal tipo de grafia. Contudo, em 1952, o inglês Michael Ventris decifrou a escrita Linear B, e, contrariando o que se pensava – que a Grécia, por volta de 1500 a.C, era uma colônia semibárbara pertencente à Creta –, mostrou que foi a Grécia pré-clássica a dominadora de Creta nesse período. Portanto, “os micênicos suplantaram os minóicos como senhores do mundo egeu em algumas épocas anteriores a 1500 a.C.”. Provavelmente, um terremoto – comum naquela região – atingiu Creta, e os Micênicos ajudaram os Minóicos a reconstruírem Cnossos, aproveitando-se disso para assumirem o controle da ilha. Esses fatos revelam que as



relações entre as civilizações Minóica e Micênica eram estreitas, o que causa, mesmo entre os especialistas, dificuldades para determinar em que ponto uma termina e a outra começa.

Quanto à economia, Burns (2001, p. 79) indica que tais povos se aproveitaram do clima propício e investiram na extração do azeite de oliva, no desenvolvimento de cerâmicas e na extração de pedras preciosas, produtos por eles comercializados. A partir da navegação seus produtos alcançaram diversas civilizações.

Na arquitetura minóica podemos observar a ausência de muralhas, como no Palácio de Cnossos, construído para Minos. Em suas ruínas, podem ser observadas, nas paredes, pinturas decoradas com flores, cenas de tauromaquia (esporte praticado pelos minóicos), danças, cenas palacianas, e é possível observar a vida marinha como o principal tema. Não se trata de um edifício imponente, como os palácios assírios e persas, mas de uma construção de alvenaria com colunas, teto baixo e que possuía vários níveis, muitos pátios para o arejamento e um sistema de tubulação para água e esgoto, havendo uma sala de banho. As pinturas de murais minóicos trazem cenas de navegação e da vida cotidiana. Quanto às esculturas, foram pouco encontradas, as principais são em forma de animais e figuras femininas (Cf. BURNS, 2001, p. 81).

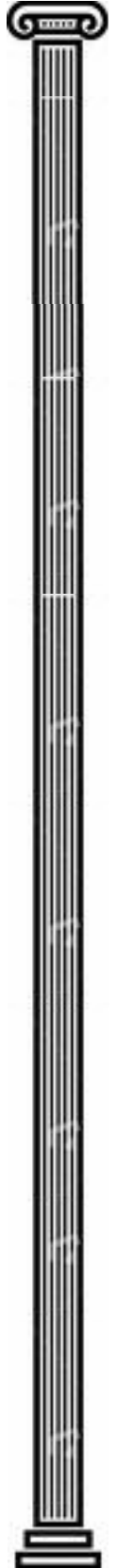
A arquitetura micênica era mais monumental e nas suas realizações é possível notar marcas do militarismo; os palácios eram construídos sobre colinas, cercadas por muralhas defensivas. No Palácio de Tirinte, segundo o especialista em História da Arte, Everard Upjohn (1979, p. 145), é visível a influência minóica nas portas, pátios e salas, assim como no tipo de colunas à entrada do palácio. No Palácio de Micenas encontra-se a Porta dos Leões, decorada no alto com um relevo em pedra de dois leões afrontados. As paredes dos palácios micênicos eram decoradas com

pinturas de guerreiros, desfiles de carros e cenas de caça. As cerâmicas micênicas possuem temas marítimos, mas são desprovidas da vivacidade minóica.

- A Lenda do Minotauro

A Lenda do Minotauro, importante explicação acerca das origens dos povos daquela região, confunde-se com a história da formação do povo minóico. De acordo com ela, o primeiro Minos era filho da princesa fenícia Europa e do deus Zeus, que a raptou e a seduziu sob a forma de um touro, e o neto de Europa nasceu meio touro meio homem, o próprio Minotauro. Essa explicação difere daquela encontrada no livro de Thomas Bulfinch, *O Livro de Ouro da Mitologia* (2000), no qual se conta que Minos fez um pedido ao deus Poseidon para que ele o tornasse rei de Creta. Poseidon aceitou o pedido, porém, pediu que, em sua homenagem, Minos sacrificasse um touro branco que sairia do mar. Quando se tornou rei, Minos recebeu o animal, mas ficou impressionado com sua beleza e resolveu sacrificar outro animal em seu lugar. Irrado com a atitude de Minos, Poseidon fez com que Pasífae, a mulher de Minos, se apaixonasse pelo touro e, por fim, ela engravidou do animal e nasceu o Minotauro.

Com muito medo do Minotauro, Minos solicitou a Dédalos que construísse um labirinto gigante para prendê-lo. O labirinto foi construído no subsolo do palácio de Minos, na cidade de Cnossos, em Creta. Minos investiu em uma guerra contra os gregos que haviam matado seu filho Androceu. Como castigo aos gregos, o rei ordenou que fossem enviados, todos os anos, sete rapazes e sete moças de Atenas para serem devorados pelo Minotauro. O herói grego Teseu resolve ir à Creta matar o Minotauro. Ao chegar à ilha, apaixonou-se por Ariadne, filha de Minos, e ela resolveu ajudá-lo, dando a ele um novelo de lã para marcar o caminho e uma espada mágica. Teseu entrou no labirinto e escondeu-se



entre as paredes, atacou o monstro de surpresa e o matou. Depois disso, seguindo o caminho deixado pelo novelo de lã, saiu do labirinto.

Pode-se concluir essa exposição com a explicação de Ohlweiler acerca das duas civilizações e da sua fusão: em suma, antes da sociedade grega propriamente dita, constituiu-se uma florescente civilização egéia, a qual dominou a Grécia marítima e insular. Essa civilização também é cretense em virtude de Creta ter sido sua maior e mais antiga referência, por isso, chama-se creto-micênica para ressaltar que a civilização pré-histórica do continente representa sua fase mais recente; começou em Creta por volta do ano de 3000 a.C. e, a partir de então, projetou-se sobre as regiões vizinhas. Desapareceu, em Creta, por volta de 1400 a.C. e, no continente, por volta de 1200 a.C. e foi, essencialmente, uma civilização do bronze. As diferentes frações do povo grego se fixaram em solo definitivo partindo desse momento. Em seu conjunto, esse mesmo período corresponde à formação da Grécia (Cf. OHLWEILER, 1990, p. 35).

Reconstituição do Palácio de Cnossos

Disponível em:
<<http://historiadom.files.wordpress.com/2008/08/palacio-de-cnossos.jpg>>
Acesso em: 16 fev. 2009.

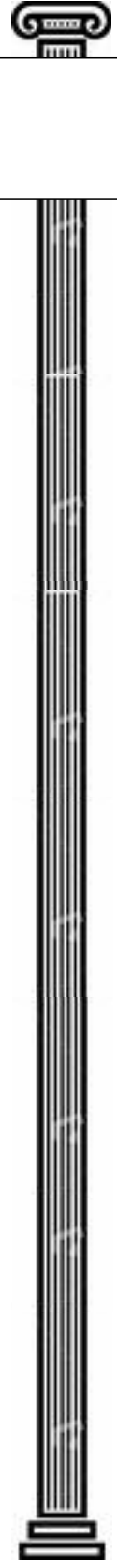


Acrópole de Micenas



Disponível em:
<<http://www.flch.usp.br/dh/heros/traducciones/pausanias/MicenasCidadelaArt201.jpg>>
Acesso em: 16 fev. 2009.





A antiguidade clássica

O objetivo deste capítulo é analisar as características fundamentais das sociedades que compõem o que se poderia chamar de “Antiguidade Clássica”, dando ênfase à Grécia e a Roma. O que se costuma denominar “Antiguidade Clássica” é um período cujos marcos temporais são indicados, aproximadamente, pelo século V a.C. e pelo século V d.C.

2.1. GRÉCIA: A CIVILIZAÇÃO GREGA

[...] para o grego o indivíduo não é separado do que realizou, efetuou, nem do que o prolonga: suas obras, as façanhas que executou, sua família, seus parentes, seus amigos. O homem está no que faz e no que o liga aos outros.

Jean-Pierre Vernant

A história da civilização grega é marcada por permanências e rupturas em seu processo de formação. Como visto no capítulo anterior, os primeiros povos a se organizarem e a formarem civilizações na região da Grécia foram os Minóicos e os Micênicos (ou Aqueus). É o período das civilizações egéias e esses grupos foram responsáveis pelo fundamento de culturas bastante desenvolvidas que possibilitaram a formação de novas aldeias e construíram cidades relativamente bem desenvolvidas.

O que se chama Grécia é um país situado na Península Balcânica, ao sul da Europa, banhado pelos mares Mediterrâneo, Jônio e Egeu. Contudo, a Grécia Antiga, conhecida também como Hélade, ocupava um território que compreendia o sul da Península dos Bálcãs, as ilhas dos mares Egeu e Jônio e as costas ocidentais da Ásia Menor, dividindo-se em:

- Grécia Continental: localizada ao norte, essa região era dividida por montanhas com planícies isoladas umas das outras, o que dificultava a comunicação entre as cidades. Nessa região encontrava-se Atenas;
- Grécia Peninsular ou Peloponeso: localizada ao sul, apresentava litoral no Mar Mediterrâneo, com golfos e baías, o que facilitou a navegação;
- Grécia Insular: região composta por várias ilhas espalhadas no mar Egeu.

Mapa da Grécia Antiga



Disponível em:
<http://www.igm.mat.br/homepage/joao_afonso/J.A/figuras_inhumas/grecia_antiga.jpg>
Acesso em: 16 fev. 2009.

Alguns helenistas como Moses Finley, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet dividem a história da Grécia Antiga em quatro períodos: Pré-Homérico (entre os séculos XX e XII a.C.); Homérico (entre os séculos XII e VIII a.C.); Arcaico (entre os séculos VII e VI a.C.) e Clássico (entre os séculos V e IV a.C.). Contudo, fazem uma abordagem dos elementos que formaram a vida do cidadão grego, tais como: economia, política, cotidiano, religião e as relações sociais. Para a análise que se propõe neste capítulo, serão observadas as obras desses historiadores, dentre outros pesquisadores especialistas em História da Grécia Antiga.

- A formação da pólis

“O homem é um animal político”.

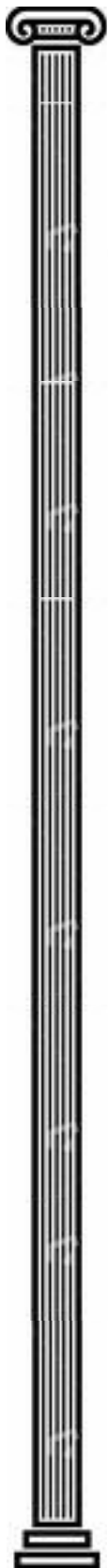
Aristóteles

Ocorreu na história da civilização grega, no período Pré-Homérico – época chamada pelos historiadores como da civilização Creto-Micênica –, um momento ao qual se costuma denominar “Idade Negra” da cultura grega. Pouco se sabe da história da civilização Creto-Micênica entre os séculos XI e IX a.C., apesar de algumas fontes históricas apontarem que os Minóicos e Micênicos – analisados no capítulo anterior – sofreram diversas invasões dos Dórios, vindos do noroeste dos Bálcãs, que se deslocaram rumo ao sul, invadindo a Grécia Central e o Peloponeso.

Segundo o historiador Pedro Paulo Funari (2004, p. 13), os Dórios eram povos guerreiros e detentores do conhecimento da utilização do ferro. Aos poucos foram ocupando territórios e assim que estabeleciam seu poder sobre as terras conquistadas dividiam-nas em lotes iguais e submetiam os povos conquistados à servidão. Muitos Aqueus se refugiaram nas ilhas jônicas da Ásia Menor e os remanescentes, que permaneceram nas regiões dominadas pelos Jônios, foram reduzidos e empobrecidos, desprovidos de linguagem escrita, banida com a ausência de escribas. Desse modo, as fontes referentes a esse período são em grande maioria de argila, bronze e ferro. De acordo com a interpretação de Funari (2004, p. 16), as invasões dóricas provocaram a desagregação da civilização Creto-Micênica, mas deram início a um processo de longa duração que resultou na formação da sociedade grega.

No tempo transcorrido entre os séculos XII e VIII a.C., conhecido como Período Homérico – seu nome justifica-se pelo fato de que os vestígios mais importantes desse período são os poemas épicos *Ilíada* e *Odisséia*, atribuídos a Homero e datados, aproximadamente,

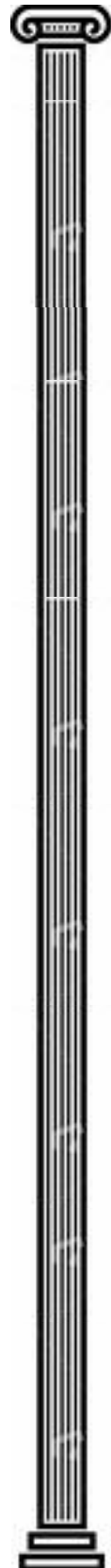




do século VIII a.C. –, a civilização grega estava localizada na região situada ao sul da Península Balcânica e às costas do Mar Egeu da Ásia Menor, conhecida como Grécia Asiática. Sua organização baseava-se em um sistema gentílico, ou seja, formado por um conjunto de indivíduos da mesma família, ligados por laços de parentesco ou de crença na descendência do mesmo antepassado, os chamados *genos*.

Os *genos*, conforme a análise de Funari (2004, p. 25), eram liderados, em geral, pelo membro mais velho do grupo, um “pater-famílias”. Nesse período, a propriedade era coletiva para uso da família e o trabalho era exercido por todos os membros, por isso dependiam da unidade da família para sobreviverem, pois os alimentos eram divididos de forma igualitária. A economia era exclusivamente agropastoril e a família que possuía terras férteis sobressaía-se às outras, pois com o que sobrava da produção familiar eram comprados gados, escravos e o excedente também servia como pagamento para a contratação do serviço de artesãos e artífices. Os *genos* gozavam de autonomia econômica e religiosa, baseadas nos seus costumes.

Como todo sistema apresenta falhas, com o gentílico não poderia ser diferente. José Jobson de Andrade Arruda (1981, p. 127) faz uma análise dos diversos fatores que contribuíram para que houvesse um processo de desintegração dos *genos*. Dentre os fatores responsáveis por essa desintegração, segundo Arruda, estão: o crescimento populacional que se deu de maneira mais acelerada do que a produção de alimentos, resultando em disputas por alimentos e em disputas por terrenos cultiváveis; diversos conflitos nos *genos*, tais como as concorrências entre filhos, o desinteresse dos jovens pelo trabalho monótono, a expulsão dos criminosos do convívio nos *genos*, entre outros, foram traços que favoreceram essa desintegração. Também se evidencia que alguns membros dos *genos*

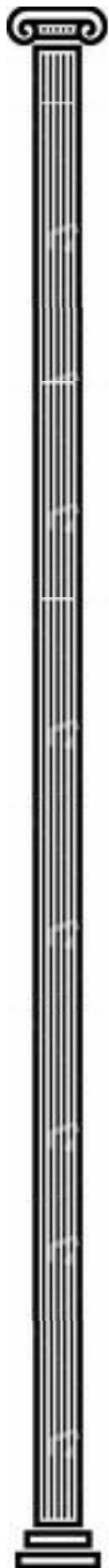


desenvolveram o gosto pelo conforto, haja vista que o “pater-famílias” fazia a divisão de bens e beneficiava seus filhos mais próximos, o que ocasionou a divisão da propriedade coletiva dos *genos* em pequenas propriedades privadas (Cf. ARRUDA, 1981, p. 126).

Com a desintegração do sistema gentílico, alguns foram mais beneficiados que outros. Levando-se em consideração que o “pater-famílias” era responsável por repartir os bens, seus filhos mais próximos eram favorecidos, recebendo terras mais férteis e maior quantidade de bens, além do título de *eupátridas* (filhos do pai). Isso foi a mola propulsora para o surgimento de uma nova camada nessa sociedade, a aristocracia grega, detentora do bem mais importante para a época: as terras férteis. Aos desfavorecidos restava procurar novas atividades, prestando serviços como artesãos e artífices, ou, ainda, poderiam se aventurar na pirataria.

Os *eupátridas* buscavam uma maneira de se protegerem e uniram-se em *fratrias* (irmandades, união de *eupátridas*) e, em uma escala um pouco maior, uniram-se em tribos; da união de vários vilarejos próximos entre si, segundo Arruda, “surgiu a organização política típica da Grécia Antiga: a *Cidade-Estado (polis)*” (ARRUDA, 1981, p. 127, grifos do autor).

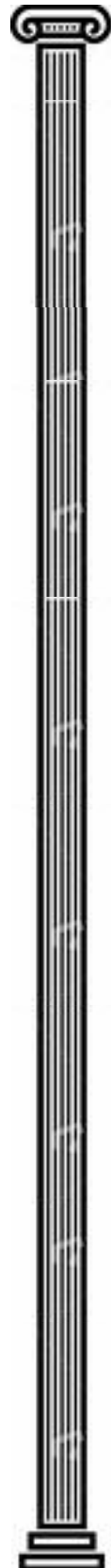
Pierre Vidal-Naquet, estudioso da História Antiga, explica que a *polis* – o termo quer dizer, essencialmente, cidade em grego – era um pequeno estado soberano que compreendia uma cidade, o campo ao redor e alguns povoados urbanos secundários (Cf. VIDAL-NAQUET, 1972, p. 59). Esse processo de formação das *polis* ocorreu em diversas áreas da Grécia Asiática, dando também início a um processo de colonização em busca de novas terras para cultivo. Os Gregos colonizaram rotas situadas à costa da Macedônia, do Mar Egeu, do Mar Negro e, desse modo, instituíram núcleos no Estreito de Helesponto (Dardanelos),



em direção ao Ocidente; fixaram-se no sul da Itália e nas costas da Espanha. Sobre as migrações, Arruda (1981, p. 129) ressalta que as primeiras migrações eram livres, mas, em um determinado momento, essas cidades-estado passaram a organizar a colonização visando o benefício que tal empreendimento traria: designavam, pois, um líder responsável pela colonização, chamado *Oikiste*, um sacerdote, ou seja, aquele que respondia pela ligação da colônia com a *metrópole* (termo que se pode traduzir como cidade-mãe).

Na análise de Vidal-Naquet (1972, p. 61), com a colonização o número de cidades gregas cresceu consideravelmente. Além da difusão cultural, todo o espaço geográfico que falasse grego era considerado parte da Grécia. As metrópoles prosperaram com a colonização, pois ampliaram seu comércio marítimo alcançando novas civilizações e comercializando com as mesmas seus produtos; essas cidades incluíram nessa comercialização o uso de moedas, o que favorecia a troca das mercadorias, e acumularam riquezas, sobretudo, com o artesanato, tendo iniciado, portanto, a cunhagem de moedas, as vendas de cerâmicas e a produção de armas.

Observe-se que, segundo Vidal-Naquet (1972, p. 80), no período entre os séculos VII e VI a.C. (Arcaico), a Grécia Antiga era formada por uma série de cidades-estado autogovernadas, com regimes aristocratas – o termo grego *aristocracia* pode ser traduzido como “governo dos/pelos melhores” –, ou seja, o poder era compartilhado entre homens de famílias nobres que detinham a posse da maior parte das terras. No mesmo sentido, Vidal-Naquet faz alusão à aparição da tirania, de caráter anti-aristocrático, que apareceu “para eliminar as querelas das facções aristocráticas, [...] reprimir a rapacidade e a ostentação da aristocracia, e [...] favorecer a ascensão na *polis* das classes inferiores sobre as quais se apóia o tirano” (VIDAL-NAQUET, 1972, p. 80).

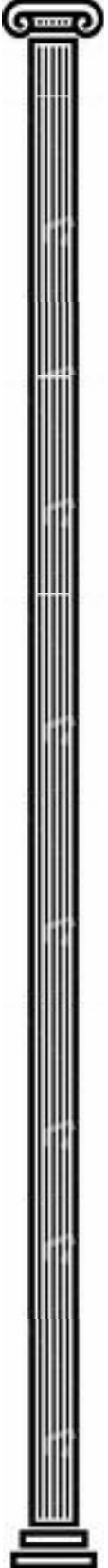


Norberto Bobbio (1992), estudioso das idéias políticas, explica que o termo tirano, de acordo com seu uso entre os gregos antigos, não se relacionava à idéia de crueldade, maldade ou abuso; o termo era usado para se referir a um grupo de indivíduos que tomou o poder de algumas cidades-estado das mãos das aristocracias, o que, muitas vezes, facilitou a vida das pessoas comuns ao limitar o poder da nobreza (Cf. BOBBIO, 1992, p. 46). Entretanto, segundo Bobbio (1992, p. 49), o governo dos Tiranos era constantemente ameaçado pela aristocracia, que, nessas constantes perseguições, ampliou o conceito político na Grécia e ironicamente contribuiu para o desenvolvimento da primeira democracia grega.

Serão analisadas brevemente algumas das idéias políticas desenvolvidas em duas das cidades-estado mais importantes na Grécia: Atenas, na qual surgiu o conceito de democracia; e Esparta, no Peloponeso, na qual se desenvolveram as oligarquias, cidade que possuía uma temível potência militar com a melhor infantaria do mundo grego. Era a principal rival de Atenas.

- Atenas

Para compreender a cidade-estado de Atenas são necessárias referências que permitam analisá-la em sua complexidade. Nesse sentido, foram eleitas as obras do helenista Moses Finley. Em sua escrita da história da Grécia Antiga, Finley segue um viés econômico e político, utilizando fontes como os escritos de Homero, Tucídides, Clístenes, Aristóteles, Platão, Xenofonte, além de documentos descobertos e preservados. Sobre a conservação de tais vestígios, Finley desabafa, explicitando a dificuldade em trabalhar com as fontes históricas que tratam da Antigüidade: “os registros e documentos, a manutenção dos registros e arquivos, constituem uma função da sociedade que os produz e os preserva, ou que

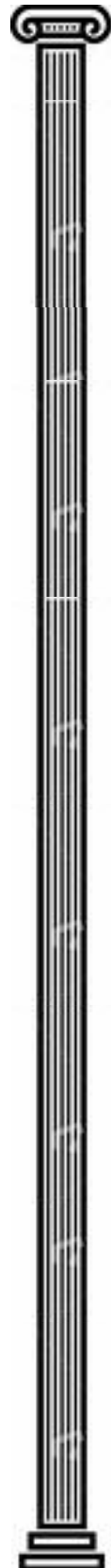


deixa em grande parte de fazer uma dessas duas coisas” (FINLEY, 1994, p. 22). Seus trabalhos sobre a História Antiga são diversos e bastante amplos e, dentre as obras do autor, serão abordadas *História Antiga: testemunhos e modelos*, *Uso e Abuso da História*, *Aspectos da Antigüidade* e *Os gregos antigos*.

Em sua obra *Uso e Abuso da História*, Finley (1989, p. 30) descreve que foram os atenienses os precursores de uma nova forma de governo: a democracia – termo que se pode traduzir como “governo do povo” –, conceito influente até a atualidade. A democracia ateniense era objetiva: todos os cidadãos atenienses podiam participar das decisões políticas. Porém, é necessário compreender quais eram os cidadãos com direitos políticos entre os atenienses; para pertencer a esse “grupo”, os homens deviam obedecer a dois critérios básicos: o nascimento e a condição econômica ao longo da vida. Para ser considerado cidadão, era preciso ser do sexo masculino, filho de pai e mãe nascidos na *polis* e ter mais de 18 anos. Esses homens tinham três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade em relação aos outros cidadãos e direito a falar na Eclésia.

É importante compreender como todo esse processo transitório ocorreu em Atenas, pois, sem um líder único, a Eclésia, uma assembléia pública de homens-cidadãos, encontrava-se dez vezes por ano – podendo se reunir mais trinta vezes para reuniões extraordinárias quando necessário – para votar decisões do Estado. As reuniões podiam acontecer na Ágora (praça do mercado) ou na praça Pnix. As proposições eram programadas e emendadas por um conselho de 500 membros conhecido como Bulé ou senado, composto por homens que se dedicavam apenas a elaborar e estudar as questões de interesse público, ou seja, de todos.

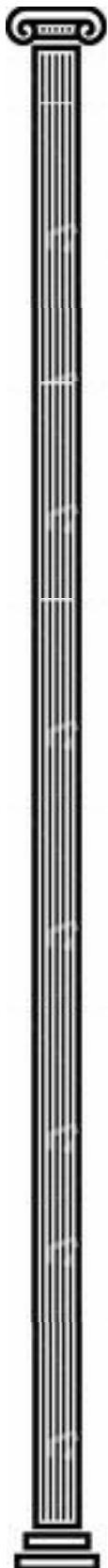
Os membros do Bulé eram sorteados de uma lista na qual o próprio cidadão se inscrevia, pois os gregos acreditavam que assim deixavam nas mãos dos deuses a



escolha; ainda por sorteio eram escolhidos os magistrados, que eram os responsáveis pela execução das leis redigidas pela Bulé e votadas na Assembléia. De igual modo eram também escolhidos os juízes da Helieia, uma espécie de Tribunal Popular. Embora todos tivessem os mesmos direitos na assembléia, apenas os líderes podiam falar, os demais votavam levantando o braço.

Os atenienses fundaram um pensamento de cidadania (Cf. FINLEY, 1994, p. 22), embasado numa rígida constituição que regulamentava os diferentes direitos e privilégios para os homens cidadãos (sem distinção de posses), mulheres cidadãs, suas crianças, estrangeiros e escravos. Calcula-se que, em 431 a.C., havia cerca de 310 mil habitantes na Ática – região que compreendia a parte urbana e rural de Atenas – sendo 172 mil cidadãos e suas famílias, 28.500 estrangeiros e suas famílias e 110 mil escravos. Segundo Funari (2004, p. 38), “os escravos, os estrangeiros e mesmo as mulheres e crianças atenienses não tinham qualquer direito político e para eles a democracia vigente não trazia qualquer vantagem”.

Os estrangeiros pagavam impostos e taxas especiais, desenvolviam várias tarefas e tinham diferentes profissões, inclusive o serviço militar. Eram proibidos de se casar com atenienses, sendo reconhecidos como pessoas de segunda classe. Muitos estrangeiros destacaram-se como artistas e intelectuais, é o caso de Aristóteles – filósofo que vivia em Atenas – que fez a sua interpretação de como a constituição de uma sociedade deveria ser fundada: de modo primordial, a boa intenção de várias pessoas, preocupadas em estabelecer o melhor entre si, devia ser levada em consideração e isso ocorreria, na visão do pensador, quando as famílias abnegassem das prerrogativas pessoais, isto é, “O Estado tem, por natureza, mais importância do que a família e o indivíduo, uma vez que o conjunto é necessariamente mais importante do que as partes” (Aristóteles, *Política*, I, 2, 10).



Em relação à escravidão, Aristóteles disse que na natureza sempre encontrou o superior e o inferior, ou seja, são preferíveis, em ambas as partes, haver governantes e governados. De acordo com a análise de Finley, encontrada no livro *Economia e sociedade na Grécia Antiga* (1989), os gregos julgavam-se superiores aos bárbaros e, para eles, era correto que os estrangeiros fossem escravos em Atenas, escravos que eram, em sua maioria, prisioneiros de guerra e desempenhavam funções rurais e trabalhos urbanos. A democracia ateniense dependia dos escravos, “figura decisiva nas comunidades econômica e politicamente avançadas” (FINLEY, 1989, p. 105); para que os cidadãos pudessem se dedicar à vida política e aos assuntos públicos, era necessário que outros desempenhassem as atividades econômicas, as quais ficavam a cargo dos escravos.

Xenofonte – Finley tomou seus escritos como fonte histórica – escreveu que o Estado procurava o modo de restabelecer as fortunas de Atenas: “[...] por meio do qual o Estado possuiria escravos públicos até que houvesse três por cada cidadão ateniense [...]”. Conforme Finley (1989, p. 20):

Xenofonte escreveu o 'Oikonomicos' na primeira metade do século IV a.C. É um guia para o proprietário rural. Versa sobre a vida boa e o uso correto da riqueza; virtudes e qualidades de direção que o senhor da casa tem que ter na educação e no governo de seus escravos; as virtudes e a educação da mulher; ainda, a agronomia, que é apontada como uma obra de ética.

Uma particularidade sobre a democracia de Atenas, discutida pelos historiadores, refere-se ao fato de que mesmo os cidadãos mais pobres tinham o direito de participar da vida política ateniense, recebendo uma ajuda monetária para sua sobrevivência. Sobre isso, Tucídides – historiador grego – relata: “ninguém que é capaz de servir a cidade é impedido pela pobreza ou pela obscuridade de sua condição.” Contudo, as mulheres atenienses não tinham o direito de participar da vida política da cidade-

estado. Sua função era a de cuidar dos filhos homens, sendo totalmente dependentes dos demais cidadãos.

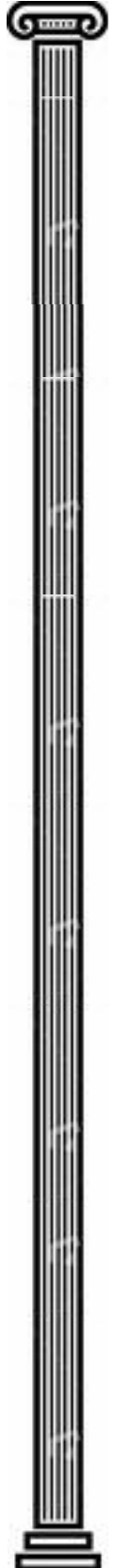
- Esparta

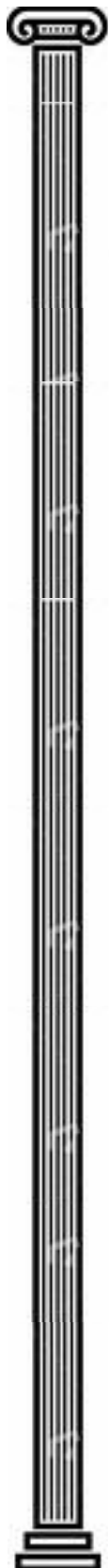
O governo de Esparta, outra importante cidade-estado, era basicamente oligárquico e sua orientação política baseava-se num conjunto de leis chamado Grande Retra, que estabelecia, a princípio, a diarquia, isto é, a existência de dois reis hereditários, das famílias mais influentes de Esparta, com função religiosa e militar, cujos poderes não eram políticos, devendo governar auxiliados pela Gerúsia.

Na obra *Uso e Abuso da História* (1989), Finley faz uma análise do governo espartano e explica que a Gerúsia, ou Conselho de Anciãos, era composta por 30 magistrados: os reis e mais 28 cidadãos com idade superior a 60 anos (liberados das funções militares). Funari ressalta essa diferença entre Esparta e Atenas: nesta, a Bulé era um lugar para troca de idéias; naquela, a Gerúsia, como o próprio nome diz, era um grupo de pessoas idosas que ficavam no poder até morrer (Cf. FINLEY, 1989, p. 179).

O órgão mais importante era a Assembléia popular ou Ápela, formada por cidadãos com mais de 30 anos e em pleno gozo dos direitos. Posteriormente, formou-se outro órgão, o eforato, composto por cinco magistrados, os Éforos, eleitos entre os esparciatas pela Gerúsia, que tinham mandato de um ano, sem qualquer distinção de dinheiro ou nascimento.

Após uma reformulação nas leis antigas, constituiu-se o governo dos Éforos, composto por 28 gerontes com mais de 60 anos e pelos dois reis; tal governo presidia o conselho e a assembléia, controlava o sistema educacional e a distribuição da propriedade, censurava a vida dos cidadãos, exercia o direito de veto sobre toda a legislação e chegava até a julgar e a depor os reis. Seu grande poder era limitado pela anualidade e colegialidade dos cargos (Cf. FINLEY, 1989, p. 180).



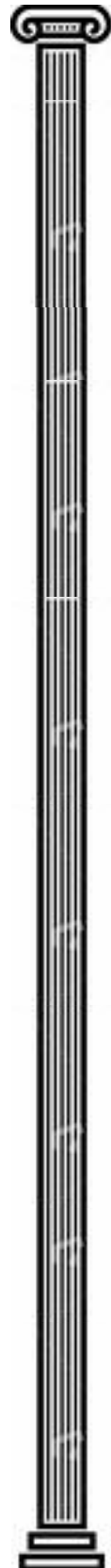


Finley (1989, p. 144) aponta que a constituição de leis espartana é atribuída a Licurgo, personagem lendário que, inspirado no deus Apolo, teria se exilado voluntariamente para elaborar o conjunto de leis da Grande Retra. O autor (Cf. FINLEY, 1989, p. 144) acredita que: “Licurgo só pôde tornar os espartanos diferentes dos demais gregos devido à qualidade da obediência”.

Pode-se encontrar em Esparta três camadas sociais: esparciatas, periecos e hilotas. Os esparciatas ou dórios eram descendentes dos conquistadores dórios, reconhecidos como cidadãos em pleno gozo de seus direitos; apenas eles possuíam privilégios políticos, sendo guerreiros por excelência, recebiam educação militar – os espartanos constituíam um caso extremo de especialização militar. Somente os homens tinham os direitos de esparciatas e alcançavam sua maioridade aos 30 anos, podendo, assim, integrar o exército, participar da assembleia popular (Ápela) e se casar.

Os periecos são o que Finley denomina de poleis incompletas (FINLEY, 1989, p. 181- 182), pois habitavam a periferia de Esparta e eram em sua maioria descendentes de aqueus. Suas condições materiais eram boas, pois monopolizaram o comércio e o artesanato, possuíam bens e terras e, além disso, adquiriam escravos. Todavia, eram excluídos da vida cívica espartana: embora não fossem considerados estrangeiros, tal fato dava-lhes autonomia interna em seus povoados e cidades, o que justifica a denominação de Finley.

Já os hilotas eram habitantes de Helos ou camponeses dos arredores de Esparta. Considerados, por muito tempo, como escravos públicos, trabalhavam nos lotes atribuídos aos esparciatas, entregando-lhes parte da colheita. Podiam constituir família e possuir bens; contudo, eram submetidos a um tratamento bastante duro, o que foi motivo de sucessivas revoltas, cruelmente reprimidas. Os meninos espartanos tinham uma educação militar rígida,

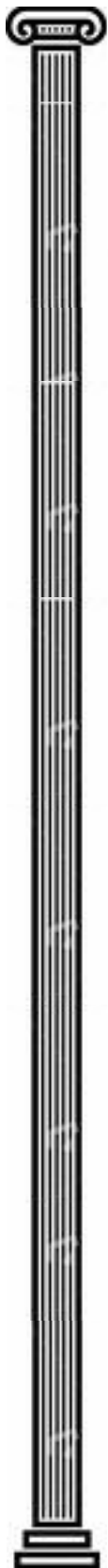


treinados para serem futuros guerreiros, com extrema resistência, sobriedade e crueldade para enfrentar os inimigos. Os ritos de iniciação dos jovens esparciatas para as guerrilhas incluíam uma espécie de operação de extermínio chamada de Criptias, na qual os jovens esparciatas caçavam e matavam jovens hilotas, possivelmente uma medida preventiva contra os líderes de futuras rebeliões.

Os estudos de Finley (1989, p. 182) indicam que a sobrevivência de Esparta dependia da exploração da camada hilota, “uma força de trabalho compulsória” que desenvolvia trabalhos em obras públicas e cultivava a terra de propriedade espartana com suas próprias ferramentas. Além disso, pagavam tributos fixos anuais *in natura*: trigo, vinho, queijo, azeite. Como esses tributos constituíam cerca de metade do rendimento do solo, o restante era suficiente apenas para sustentar algumas famílias hilotas, sem falar nas carências devido às más colheitas, por esse motivo suas revoltas eram constantes. Portanto, nada mais natural que mantê-los (hilotas) sob permanente vigilância, tendo como intuito desbaratar qualquer tentativa de sublevação. Quando necessário, os hilotas iam às guerras, com a função de escolta, carregadores ou criados. Sobre isso pode ser apontada sua participação na Guerra do Peloponeso no século V a.C.

É importante entender que a educação espartana tinha como objetivo preparar seus cidadãos no que diz respeito ao físico, e isso se dava com o objetivo de tornar os indivíduos aptos para vencer qualquer batalha. Disse Finley:

O exército espartano era melhor que qualquer outro, tinha mais disposição e maior capacidade de manobras, graças à condição física superior, ao melhor treinamento e disciplina, e à maior obediência, embora essa superioridade aparentemente se devesse à organização militar; pelo menos é o que sugerem as freqüentes mudanças na organização (FINLEY, 1989, p. 181).



Os mais velhos estimulavam a coragem e inseriam desde cedo na vida dos meninos hábitos de obediência total às leis da cidade e também ensinavam a cultivar e a valorizar a bravura, para que pudessem vencer qualquer inimigo.

Quando se iniciou o Período Clássico da Civilização Grega (séculos V–IV a.C.), eram várias as cidades-estado, como Atenas, Esparta, Corinto, Tebas, além das inúmeras colônias espalhadas no sul da Itália e nas costas da Espanha.

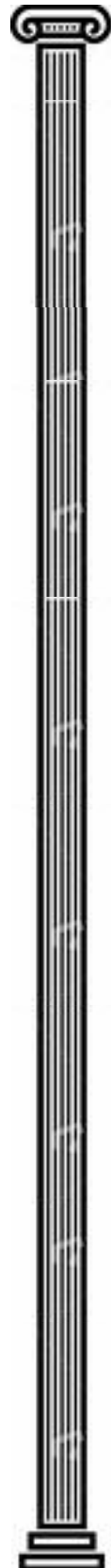
- A polis clássica

“[...] os gregos consideravam sua polis como o único caminho para a felicidade”.

Marvin Perry

No Período Clássico, a civilização grega atingiu seu ápice, marcado por hegemonias e imperialismo expressivo. Para tornar possível o entendimento desse período, seguir-se-á o livro de Norberto Luiz Guarinello, *Imperialismo Greco-Romano*, de 1994.

Em primeiro lugar, Guarinello (1994, p. 10) adverte que toda a expansão territorial de uma cidade-estado antiga é um empreendimento coletivo, pois visa solucionar problemas e garantir benefícios a todas as camadas da sociedade. O marco desse processo de expansão imperialista, segundo o autor (Cf. GUARINELLO, 1994, p. 14), foi o confronto entre Gregos e Persas nas chamadas Guerras Médicas – que possuem esse nome porque os Gregos acreditavam guerrear contra os Medos; no entanto, após uma sucessão de batalhas, descobriram que lutavam contra os Persas. Os Persas iniciaram, desde o século VI a.C., um movimento expansionista pela Ásia Menor, e, quando conquistaram vasto território, atacaram a Grécia continental. As cidades-estado gregas, entretanto, uniram-se sob a liderança de Atenas em uma confederação conhecida como a Liga de Delos (Cf. GUARINELLO, 1994, p. 16),



para a qual cada cidade-estado grega deveria contribuir com um fundo de recursos composto por moeda, navios ou homens. Após sucessivas derrotas, os Persas firmaram com os gregos a “Paz de Calias”, a qual, conseqüentemente, “retirou da liga a razão oficial de sua existência” (GUARINELLO, 1994, p. 17).

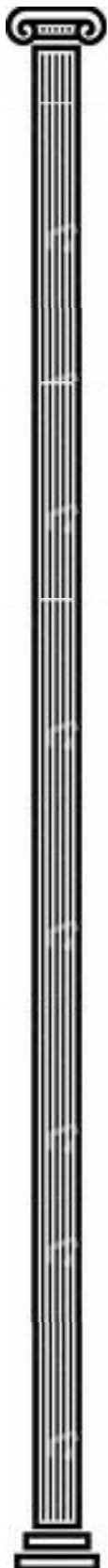
Péricles (495-429 a.C.), governante de Atenas, transferiu parte do tesouro de Delos para sua própria cidade em 454 a.C., dando início a um processo de centralização não apenas de recursos, mas de decisões políticas, conferindo privilégios ao poderio comercial e marítimo, assim como garantiu avanços democráticos e desenvolvimento cultural e artístico, processo que culminou em diversos conflitos entre as cidades-estado, acelerando a rivalidade entre Atenas e Esparta.

Desses conflitos iniciou-se a Guerra do Peloponeso, que durou quase 30 anos; nesse momento, praticamente todas as cidades gregas aliaram-se ou a Atenas ou a Esparta. Segundo Finley (1989, p. 7), é possível dizer que o conflito foi resultado do embate entre duas concepções de sociedade, economia e política, e mesmo após a derrota de Atenas para os implacáveis exércitos espartanos, as guerras entre as cidades gregas continuaram ocorrendo, guerras que, para Funari (2004, p. 74), acarretaram o enfraquecimento das cidades, abrindo caminho para a dominação macedônica.

De acordo com Funari,

As cidades gregas mantiveram suas disputas, até que Felipe da Macedônia começou a conquistá-las e seu filho Alexandre, “o Grande”, dominou não apenas toda a Grécia como venceu os persas e chegou até a Índia, estabelecendo um império imenso (FUNARI, 2004, p.74).

Portanto, Alexandre, “o Grande”, conquistou o Império Persa, o Egito, a Babilônia e parte da Índia, constituindo o maior império conhecido até então. Porém, morreu prematuramente, aos 33 anos, não tendo tempo para estruturar o enorme território que conquistara. Sendo assim,



o império foi dividido em partes, tornando-se: o Reino Greco-Macedônico, sob o domínio dos Antigônidas; o Reino do Egito, sob o domínio dos Lágidas; e, por fim, o Reino da Síria, sob o domínio de Seleuco.

Funari (2004, p. 74) mostra que a desintegração do império macedônico em monarquias fez com que as cidades-estado gregas perdessem sua autonomia política e, com isso, não mais tivessem seus exércitos próprios, porém, mantiveram suas leis e constituição própria, e mesmo quando foram gradativamente incorporadas ao império romano, mantiveram-se fiéis à sua cultura.

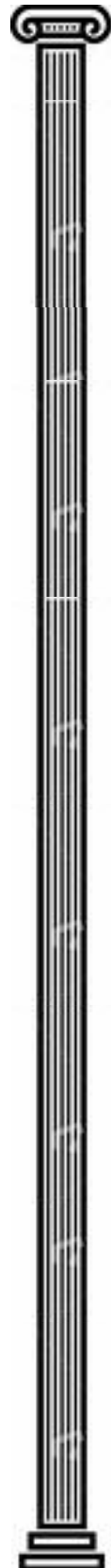
- Sociedade Grega

“O homem é a medida de todas as coisas”.

Protágoras

As bases da sociedade grega antiga estão relacionadas à formação e consolidação das cidades-estado. Sabe-se que cada uma delas possuía suas particularidades e que tinham alguns traços em comum, dentre os quais os mais significativos, segundo Cardoso (1990, p. 7), eram:

1. Tripartição formal do governo em uma ou mais assembleias, um ou mais conselhos, e certo número de magistrados escolhidos – quase sempre anualmente – entre os homens elegíveis;
2. Participação direta dos cidadãos no processo político; a noção de cidade-estado implica a existência de decisões coletivas, votadas após discussões realizadas (nos conselhos e/ou assembleias) que eram obrigatórias para todas as comunidades; isso significa dizer que os cidadãos com plenos direitos eram soberanos;
3. Inexistência de uma separação absoluta entre os órgãos de governo e de justiça e o fato de que a religião e os sacerdócios integravam o aparelho de Estado.

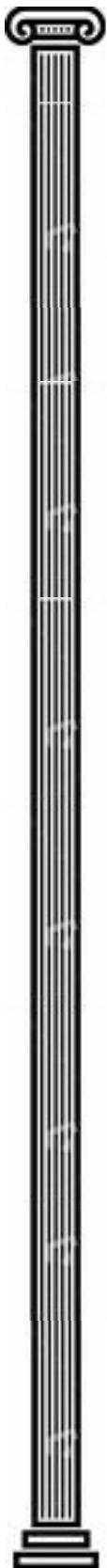


Com convicção, pode-se afirmar que na *polis* sucediam-se todos os acontecimentos da vida dos cidadãos gregos, e no desenvolvimento de seus pensamentos encontram-se aspectos fundamentados no conhecimento do homem, revelados por ele mesmo, ou seja, “o homem é a medida de todas as coisas”.

Em busca de um ideal de beleza, procurou-se subordinar a arte à razão, fazendo uma síntese do realismo com o idealismo, em suma, o objetivo era reproduzir a natureza tal qual ela era vista, pensar o mundo físico e as atividades humanas de forma racional, porém, “embelezando-as” segundo as formas ditadas pela mente. A razão tanto difundida pelos gregos reveste-se, segundo Perry (1985, p. 67), de uma importância histórica, na medida em que eles criaram, definiram e utilizaram a razão na sua vida social e intelectual.

No campo filosófico, podemos observar, por meio dos estudos do helenista Jean-Pierre Vernant (2001, p. 22), que as primeiras idéias nas quais se buscava separar o homem do mito surgiram com Tales de Mileto, com a cosmologia que buscava uma resposta para o surgimento da natureza e, assim, eliminava os deuses e apresentava uma explicação natural para o surgimento de todas as coisas. Pitágoras, por sua vez, atribuiu às relações matemáticas o surgimento de todas as coisas. Enfim, segundo Vernant (2001, p. 24), os pensadores gregos abandonaram a busca para entender o mundo exterior e passaram a investigar de forma racional o indivíduo e a sociedade; nesse contexto surgiram os sofistas.

Os sofistas eram professores itinerantes que ensinavam gramática, poesia, ginástica, retórica e matemática. Afirmavam que podiam ensinar política, então eram requisitados em Atenas para ensinarem aos jovens a *aretê* política. Segundo Perry (1985, p. 70), “os sofistas, que examinaram questões de ordem política e ética, educaram os espíritos de seus alunos e foram os criadores da educação civil formal”. Vernant (2001, p. 24) descreve-os:



[...] é, ainda, em termos de caça e de pesca que ele define a arte daquele que encarna a seus olhos, por oposição à sabedoria que o filósofo dirige em direção ao mundo das Idéias, a inteligência astuciosa do homem da *metis*, mergulhado no mundo das aparências e do devir: o sofista, que por seus prestígios, seus artifícios retóricos, faz com que o discurso fraco leve a melhor sobre o forte.

Contudo, ao submeter as tradições à crítica da razão, alguns sofistas sustentavam que certas leis eram criadas pelos cidadãos mais influentes para seu próprio benefício; esse princípio desencadeou uma crise intelectual, pois, segundo Vernant (2001, p. 229), suas idéias estimulavam a desobediência às leis e, nesse processo, os sofistas criaram um enorme problema para Atenas e outras cidades-estado, o que levou os conservadores a se levantarem contra a cosmologia na tentativa de restaurar as tradições sagradas enfraquecidas.

A religião na Grécia Antiga era um fator de união nas cidades-estado, a religiosidade grega expressava-se cotidianamente de forma sempre local e particular e não existia um livro religioso ou uma ordem religiosa organizada. Os deuses eram semelhantes aos homens e estavam presentes na vida e nos elementos do cotidiano dos indivíduos: Zeus presente na chuva, Poseidon presente no mar, Urano presente no céu, Afrodite, a deusa do amor, entre outros. Enfim, havia a crença de que os deuses podiam intervir na vida dos humanos e por isso era necessário prestar-lhes culto e adoração. Os cultos e ritos podiam ser domésticos e/ou públicos com caráter estatal e podiam também possuir organização mais sistemática.

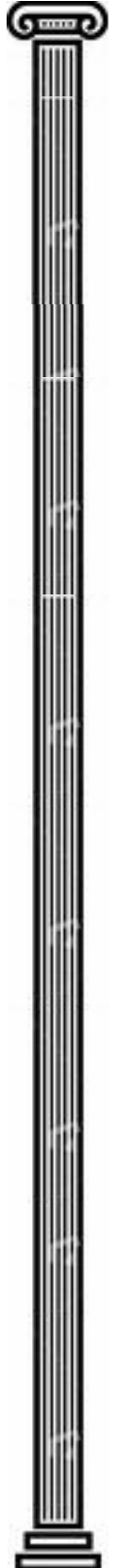
A crença grega na mitologia é fundada numa herança de antepassados, pois como não havia livros sagrados ou sacerdotes seus traços eram transmitidos oralmente de geração para geração. Depois do desenvolvimento da escrita, os gregos registraram suas crenças em manuscritos e consolidaram sua fé nos deuses fabricando estátuas de mármore e bronze que simbolizavam as divindades. Dessa forma, há na mitologia um elemento característico que

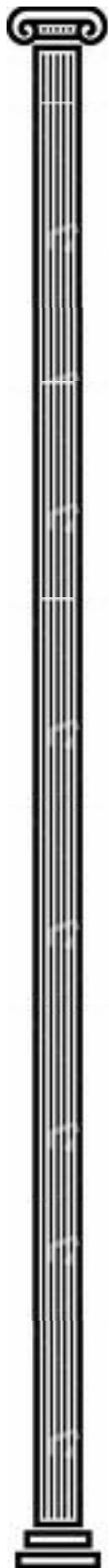
permitiu a alguns pesquisadores escreverem a história da Grécia Antiga, analisando o pensamento grego, suas crenças, seus medos e sentimentos.

Ainda em relação à mitologia, é possível traçar o perfil de alguns heróis ou semideuses; esses são assim chamados a partir do argumento de que são filhos de deuses e humanos, são exemplos: Hércules, Aquiles, Teseu e Perseu. Levando em consideração a importância da mitologia, pode-se pensar, segundo Funari, que cosmopolitas e depois sofistas, defensores da razão, “criticam, assim os valores tradicionais e os condicionamentos religiosos”, sendo ameaças aos elos da comunidade.

Sócrates, um dos filósofos mais extraordinários da história da civilização ocidental, deu continuidade à tradição da razão, crendo que a educação era o caminho para aprimorar o indivíduo. O pensador era contrário ao sofisma, “queria subordinar todas as crenças e comportamentos humanos à clara luz da razão, pretendendo dessa maneira retirar a ética do domínio das autoridades, da tradição, do dogma, da superstição, e do mito. Acreditava que a razão era o único guia para o problema mais crucial da existência humana: o bem e o mal”.

Essa forma de pensar de Sócrates foi denunciada como descrença nos deuses, o que o levou a julgamento cinco anos após a Guerra do Peloponeso. Por ser cidadão ateniense, Sócrates foi julgado por um júri de 501 “homens de bem”, atenienses, todos com mais de trinta anos, em conformidade com a tradição. Pode-se encontrar uma explicação do julgamento de Sócrates no livro *Aspectos da Antiguidade*, de Moses Finley (1991), no qual o historiador reescreve trechos do julgamento e faz sua análise do acontecimento. Sócrates negou-se a pedir clemência e foi considerado culpado por 281 dos 501 que votaram, tendo sido executado em 399 a.C. (Cf. FINLEY, 1991, p. 69). As principais idéias de Sócrates foram difundidas por seus



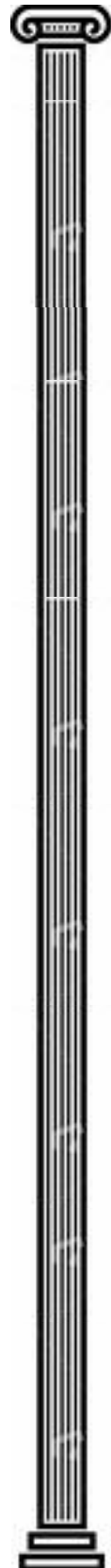


discípulos Xenofonte e Platão. Suas obras influenciam o pensamento ocidental até a contemporaneidade (Cf. PERRY, 1985, p. 74). No que se refere à filosofia, tendo como ponto de partida as idéias desenvolvidas por Sócrates e Platão, Aristóteles tornou-se o filósofo grego mais conhecido. Suas obras compreendem temas como: moral, ética, política, retórica e poesia.

A História também ocupou espaço nas reflexões dos gregos. Pode-se observar tal preocupação com a História nos escritos de Xenofonte, sobretudo em sua obra *Anabase*, na qual relatou a campanha de Ciro e os 10.000 mercenários gregos, ou em Tucídides, que escreveu sobre a Guerra do Peloponeso. Para Tucídides, não eram os deuses que determinavam os acontecimentos históricos, mas as decisões políticas (Cf. PERRY, 1985, p. 85). Heródoto de Halicarnasso, por sua vez, foi denominado por Cícero como “o pai da história”, e, entre outros princípios, demonstrou ter conhecimento a respeito dos povos e momentos que narrou, preocupando-se em reunir numerosas informações como fontes para seus escritos (Cf. PERRY, 1985, p. 85).

Além da Filosofia e da História, é possível observar diversas influências gregas na cultura ocidental, como nas artes plásticas, no teatro, na arquitetura e na literatura. O Partenon e a Acrópole ateniense mostram que os arquitetos, pintores e escultores gregos produziram obras de grande beleza e refinamento, expressas em templos, santuários, esculturas, celebrações religiosas, entre outras (Cf. PERRY, 1985, p. 74).

O Partenon foi construído em Atenas, por volta de 447 e 423 a.C., para substituir um antigo templo destruído pelos Persas. A sua perfeição arquitetônica chama a atenção e deve-se ressaltar que a perfeição para os Gregos estava na proporção das partes em relação ao todo. Os estilos presentes na arquitetura grega eram o dórico, o jônico e o coríntio. Diversas obras arquitetônicas gregas são utilizadas como fonte histórica para a compreensão daquela civilização, dentre elas

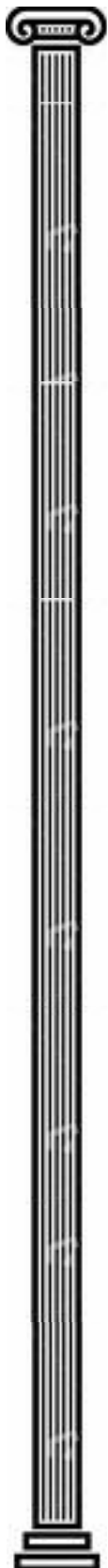


Na escultura, Fídias e Míron materializaram cenas esportivas, temas bucólicos e os sentimentos. Na perfeição das formas, percebe-se de maneira muito forte a presença do sofista Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas”. A arquitetura e a escultura, ao expressarem equilíbrio, simplicidade e harmonia, imprimiram para a posteridade uma visão ideal de homem e de sociedade.

A partir das festas em honra a Dionísio, deus do vinho e da fertilidade agrícola, os gregos desenvolveram o Teatro, basicamente a Tragédia e a Comédia. As apresentações incluíam corais e danças. Em dado momento foi inserido um elemento que inovou o Teatro, propiciando que um ator se destacasse do coro: era Téspis, o primeiro ator grego. Depois, Ésquilo introduziu em seus dramas um diálogo entre dois atores e Sófocles introduziu um terceiro, tornando possíveis os diálogos nas apresentações. O drama grego tinha como objetivo não apenas representar o sofrimento humano, mas retratar a vida cotidiana em suas diversas situações. Os atores usavam máscaras, trocando-as quando necessário e possibilitando a encenação de vários personagens.

Os dramaturgos gregos mais conhecidos e suas respectivas obras são: Ésquilo (*Os Persas*, *Prometeu Acorrentado*), Eurípides (*Medéia*, *As Troianas*) e Sófocles (*Édipo Rei*, *Antígona*). Os traços fundamentais da Tragédia Grega, que impressionam tanto os espectadores quanto os leitores, são a força e a coragem dos heróis humanos que lutavam contra forças cósmicas.

A Comédia, desenvolvida entre os séculos V e IV a.C., voltou-se para o cotidiano e satirizava os costumes e idéias de seu tempo. O principal autor foi Aristófanes, com *As Nuvens*, *As Rãs* e *Lisístrata*; nessa última, fez uma sátira das guerras gregas, construindo um momento em que as mulheres resolvem abster-se de relações sexuais até que seus maridos parem de lutar.



Por fim, os gregos foram criadores de conceitos fundamentais da cultura ocidental, como os ideais de liberdade, razão, busca pela perfeição física, e mesmo as formas de pensar o homem e a natureza. A Filosofia, a Matemática, a Astronomia, a História, as Artes, a Arquitetura, o Teatro, entre outros, legitimam a Cultura Grega até a atualidade.

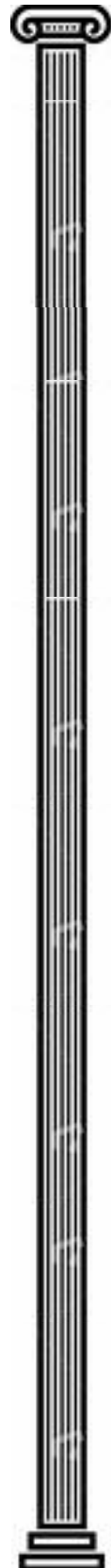
Na educação, os gregos apresentam uma nova prática, a de ensinar às crianças conceitos de cidadania, inculcando valores hierárquicos em todas as camadas sociais, ou seja, mesmo os analfabetos “educavam-se” politicamente, absorvendo na sua vivência muitos elementos legitimadores do regime político e da divisão social.

Sob o helenismo, os gregos viram as antigas unidades autônomas tornarem-se um mundo “cosmopolita”, como diziam os sábios da época, e difundiram suas práticas culturais por todo o Oriente por meio do relacionamento com mercadores, soldados, viajantes, sábios e artistas. Esses coletaram, compararam, incorporaram e difundiram sua cultura.

- Cultura Helenista

Alguns termos podem causar confusão: é o caso daqueles empregados para a civilização grega, como helenismo e helenístico. É preciso fazer alguns apontamentos para a compreensão de tais termos e, para tanto, recorrer-se-á ao *Dicionário de Conceitos Históricos*, organizado por Kalina e Maciel Silva.

Arnold Toynbee, entre outros autores, utiliza o termo helenismo para designar toda a civilização grega antiga, baseando-se na Hélade, termo com o qual os próprios gregos designaram a terra ou o território compreendido como a Grécia, sendo denominados helenos os que nasciam no território da Hélade, por isso são chamados de civilização helênica ou helênicos.



No *Dicionário de Conceitos Históricos* encontra-se uma explicação para a utilização do termo helenístico, esse se refere ao momento da expansão da cultura grega por Alexandre “o Grande”. Admirador da *polis* e discípulo de Aristóteles, Alexandre procurou difundir a cultura grega por todos os territórios conquistados por seus exércitos. O imperador, além de dominar as cidades-estado gregas, conquistou um imenso território, desde o Egito, a Palestina, a Mesopotâmia, a Pérsia, chegando até a Índia.

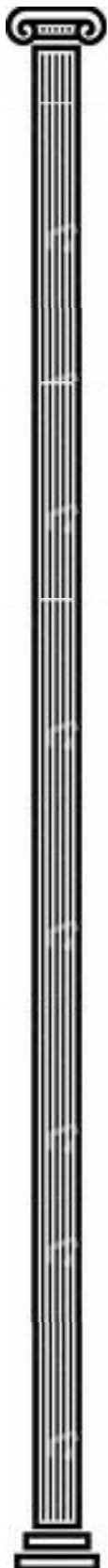
A principal característica desse vasto território era a convivência de inúmeros povos que falavam sua língua nativa e tinham como língua oficial o grego, sendo governados por uma elite de origem macedônica. Para Funari, a civilização helenística distinguia-se pela convivência de muitos povos e pelas trocas culturais entre diferentes grupos, que se intensificou de forma extraordinária. A cultura helenística foi, mais do que um triunfo da cultura grega, uma mescla de formas culturais, tornando-se um estilo de vida.

2.2. ROMA: A CIVILIZAÇÃO ROMANA

Se se considera o povo romano como um homem e se se percorre toda a sua existência, teremos quatro momentos: seus inícios, sua adolescência, sua maturidade e, por fim, sua velhice.

Floro – século II d.C

A partir deste momento tratar-se-á, sucintamente, de um dos impérios antigos que se transformou em um dos marcos da sociedade ocidental contemporânea, o Império Romano. Deve-se destacar de início que esse modelo social sobreviveu enquanto unidade política por aproximadamente mil anos e englobou sobre sua autoridade um vasto território que incluía terras na Europa, África e Ásia. Esse Império deve ser observado conceitualmente pela sua capacidade de



permanência na memória coletiva e no imaginário social do mundo ocidental. Dessa forma, convém explicitar ao leitor alguns conceitos que ajudam a explicar a longevidade do Império Romano no Ocidente: o primeiro, imaginário social, foi assim definido pelo historiador José Murilo de Carvalho:

O imaginário é a maneira pela qual as pessoas estruturam seu mundo, lhe dão significado. Por menos educadas que sejam, as pessoas sempre encontram uma maneira de dar sentido à sua vida, às suas relações, ao mundo que as cerca. É uma necessidade do ser humano, é parte essencial de sua cultura. O imaginário não é por isto mesmo externo às coisas, superposto à realidade. Ele é a forma inteligível pela qual as coisas existem para o ser humano. Neste sentido, imaginário e discurso se assemelham: são formas de representação da realidade. O discurso trabalha com conceitos, o imaginário com imagens e símbolos, mas ambos são representações que frequentemente se combinam (CARVALHO, 1995, p. 15).

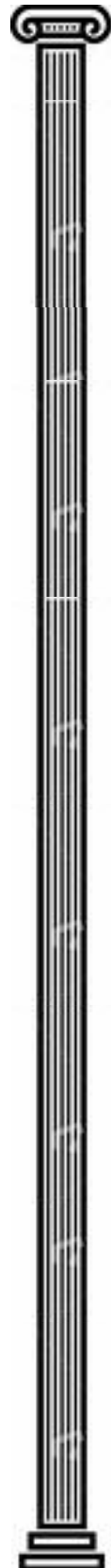
Considera-se que há, na contemporaneidade, uma memória social a respeito da História Antiga e, nesse sentido, é preciso apresentar o que se entende por memória e qual seu papel nas sociedades:

[...] a memória é um referencial vivo na construção das identidades, pois, em sua capacidade de filtrar e manter o sentido, atua por meio de seus processos e efeitos, os quais podem ser tanto de lembrança, de redefinição e de transformação quanto de esquecimento, de ruptura e de negação do vivido e do já dito. Se a memória é, portanto, um fator inerente à construção de identidade, o discurso é o espaço de conhecimento e de interação através do qual o ser humano se faz sujeito, inscrevendo-se no campo da prática social, que é eminentemente histórica (INDURSKY; CAMPOS, 2000, p. 12).

Deve-se destacar que, ao analisar o Império Romano, a história social será privilegiada como possibilidade consistente de elaborar uma síntese.

- Estruturação Romana

Um dos traços fundamentais da ascensão romana foi a edificação da península italiana como eixo de poder no Mar Mediterrâneo, suprimindo a primazia persa-grega.

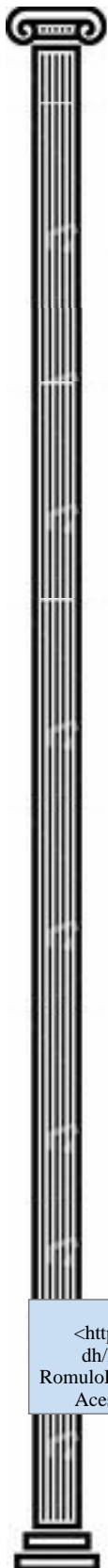


Além disso, houve o estabelecimento da escravidão como modelo socioeconômico para a sociedade. Nesse sentido, seguir-se-á o posicionamento do historiador inglês Perry Anderson, em seu livro *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, segundo o qual:

A ascensão de Roma marcou um novo ciclo de expansão imperial urbana, que não apenas representava um deslocamento geográfico no centro de gravidade do Mundo Antigo para a Itália, mas também um desenvolvimento sócio-econômico do modo de produção, que fora pioneiro na Grécia e que tornava possível um dinamismo muito maior e mais duradouro do que aquele que o período helênico produzira (ANDERSON, 1998, p. 51).

A estruturação e o crescimento de Roma seguiram um curso similar às demais cidades-estado clássicas em ascensão: guerras locais com cidades rivais, anexações, pressão política sobre aliados e fundações de colônias. Essas práticas garantiram a Roma um afluxo de riquezas e capital político que era transformado em novas atividades militares. Antes de aprofundar um pouco mais a análise sobre esse ciclo de expansão, convém historiar alguns dados acerca da “fundação” de Roma.

Na península italiana coabitavam diferentes agrupamentos étnico-lingüísticos, como os Latinos, os Sabinos, os Équos, os Etruscos e os Gregos, entre outros. Esses povos dividiam-se em vários grupos ou tribos que constituíam coletividades urbanas de variadas dimensões, sem, contudo, equiparar-se às da Grécia e Oriente Médio. Entre essas agremiações, dois grupos destacavam-se e enfrentavam-se pela hegemonia italiana: os Etruscos, situados ao norte, entre os rios Tibre e Arno, e os Gregos, situados basicamente no litoral sul da península. Foi sob a “sombra” etrusca que as populações latinas e sabinas, habitantes da região conhecida como Lácio, organizaram-se e criaram condições para a emergência da *urbe* romana. Aliás, foi no período do Reino sob dominação etrusca que os romanos construíram a organização político-social que os caracterizou na República e no Império.



Deve-se ressaltar a existência de explicações lendárias para as origens de Roma que, contudo, não encontram respaldo arqueológico. A principal lenda seria a da construção da cidade pelos gêmeos Rômulo e Remo. Essa lenda é descrita por José Jobson de Andrade Arruda em seu livro *História Antiga e Medieval*. Segundo o autor:

A origem de Roma está envolta em lendas. Na sua obra **Eneida**, o poeta Virgílio afirma que os primeiros romanos descendiam de Enéas, herói de Tróia. Segundo Virgílio, quando os gregos destruíram Tróia, por volta de 1400 a. C., Enéas conseguiu fugir e, com a proteção da deusa Vênus e o destino traçado por Júpiter, chegou à Itália, onde teria fundado a cidade de Lavínio. Seu filho Ascânio fundou Alba Longa e seus descendentes, Rômulo e Remo, fundaram Roma no ano de 753 a. C.

Rômulo e Remo seriam filhos gêmeos da princesa albana Rea Sílvia e do deus Marte. Os recém-nascidos foram atirados ao Rio Tibre por ordem do Rei Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa, que por direito pertencia a Númitor, avô dos gêmeos. Amamentados por uma loba e depois criados por camponeses, Rômulo e Remo voltaram a Alba Longa, destronaram Amúlio e recolocaram no trono Númitor. Então, receberam a missão de fundar Roma (ARRUDA, 1999, p. 190)

Estátua de Rômulo e Remo sendo amamentados pela loba



Disponível em:
<<http://www.flch.usp.br/dh/heros/topicaheroica/RomuloRemoLobaAICT001.jpg>>
Acesso em: 16 fev. 2009.



Do ponto de vista histórico, essas lendas serviram para dar ao povo romano uma origem divina e o sentimento de pertencimento à sociedade helênica, portanto, elas são parte do imaginário social.

A sociedade romana, nesse momento inicial de estruturação, era definida pela economia que se baseava essencialmente nas atividades agropastoris. Os camponeses dedicavam-se ao cultivo da terra e ao pastoreio. A terra era a riqueza fundamental, o que definia o caráter aristocrático da sua sociedade.

Os patrícios (aristocratas proprietários de terras) formavam a camada social dominante. Eram denominados de “as gentes”, por estarem agrupados numa unidade básica, os *gens* ou clãs. Os membros dos *gens* reuniam-se em torno do mesmo chefe e cultuavam o mesmo antepassado. Essa unidade compreendia também os parentes pobres, chamados clientes; esses prestavam alguns serviços e beneficiavam-se da proteção da família. O chefe de família tinha autoridade absoluta sobre todos os membros. Os patrícios agrupavam-se em associações religiosas chamadas cúrias. Todos aqueles que não pertenciam a um *gens* ou clã eram considerados plebeus. A camada dos plebeus, em geral, era formada pelos estrangeiros, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários de terras pouco férteis.

Politicamente, o maior espaço social era ocupado pelo Senado, composto, inicialmente, pelos chefes das grandes famílias. Mais tarde, seus membros passaram a ser recrutados entre os antigos magistrados, com base numa lista – o Álbum Senatorial – preparada pelos censores. Eram, nos primeiros tempos, cem senadores; posteriormente, passaram a trezentos. Seus cargos eram vitalícios. Os senadores exerciam diversas funções e as principais eram garantir a integridade da tradição e da religião, supervisionar as finanças públicas, conduzir a política externa; administrar as províncias, dar seu parecer sobre a escolha de um ditador e autorizar ou não a concessão das honras do triunfo aos generais vencedores.

Os magistrados exerciam o poder executivo. Em geral, pertenciam à camada dos patrícios. Com exceção do censor, eram eleitos (pela Assembléia Centuriata) para um mandato de um ano. Todas as magistraturas eram coletivas, ou seja, havia dois ou mais magistrados para cada cargo.

Nesse quadro, deve-se ressaltar que a sociedade romana foi marcada por três situações políticas distintas: o Reino (ou Monarquia), a República e o Império.

Os períodos da História da Roma Antiga (quadro sintético)

História de Roma	
Períodos	Datas
Monarquia	de 753 a.C. (data tradicional da fundação de Roma) a 509 a.C. (derrota dos Tarquínios).
República	de 509 a.C. (proclamação da República) a 27 a.C. (Otaviano recebe o Senado o título de Augusto)
Império	de 27 a.C. a 476 d.C. (queda do Império romano do Ocidente)

Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1704u65.jhtm>>
Acesso em: 16 fev. 2009

O Império Romano e suas dimensões



Disponível em:
<<http://scriptures.lds.org/pt/biblemaps/map8.jpg>>
Acesso em: 16 fev. 2009.

Ressalte-se, ainda, que um traço aristocrático marcou a trajetória romana de forma singular. Segundo Perry Anderson,

[...] o expansionismo romano se distinguia em princípio da experiência grega. A evolução constitucional da cidade conservou todo o poder político aristocrático durante a fase clássica de sua civilização urbana. A monarquia arcaica foi dominada por uma nobreza no período mais antigo de sua existência, ao final do século VI a.C., em uma alteração rigorosamente comparável ao modelo helênico. Mas, daí em diante, ao contrário das cidades gregas, Roma jamais conheceu a transformação social de um governo despótico, que quebrasse a dominação aristocrática e conduzisse a uma subsequente democratização da cidade, baseada em uma firme agricultura média ou pequena. Em vez disto, uma nobreza hereditária manteve seu poder sólido baseado em uma constituição cívica extremamente complexa, que passou por importantes modificações populares no decorrer de uma prolongada luta social violenta dentro da cidade, mas que nunca foi abolida ou substituída. A República era dominada pelo Senado, que nos dois primeiros séculos de sua existência era controlado por um pequeno grupo de clãs patrícios; a qualidade de membro do Senado, que era cooptativa, era vitalícia. Os magistrados anuais, dos quais os dois mais elevados eram os cônsules, eram eleitos por assembleias populares, compreendendo toda a cidadania de Roma, mas organizada em unidades “centuriadas” desiguais, ponderadas de maneira a garantir a maioria às classes proprietárias. Os consulados eram os cargos públicos executivos supremos do Estado, e constituíram juridicamente monopólio de uma restrita ordem de patrícios até 366 a.C.

Esta estrutura original implicava a dominação política pura e simples da aristocracia tradicional. Ela foi subsequentemente alterada e modificada em dois aspectos importantes, depois de lutas sucessivas que proporcionaram o equivalente romano mais próximo às fases gregas da “tirania” e da “democracia”, que sempre estivera aquém do que se obtivera na Grécia em período similar.

[...] A estrutura social resultante da cidadania romana, desta maneira, era inevitavelmente distinta da que havia sido típica na Grécia clássica. A nobreza patrícia muito cedo se empenhara em concentrar a propriedade de terras em suas mãos, reduzindo o campesinato livre mais pobre à escravidão por débito (como na Grécia), e se apropriando do *ager publicus*, ou terras comuns, que eles usavam como pastagens e cultivo (ANDERSON, 1998, p. 51-53).

Observa-se nessa longa citação que em Roma, mesmo nas disputas entre plebeus e patrícios ocorridas, sobretudo, no período denominado republicano, não se edificou uma estrutura social democrática: as revoltas uniram uma elite de plebeus enriquecidos aos patrícios,



criando uma nova camada dominante que não atendia às expectativas de grande parcela da população romana. Somase a essa questão o envolvimento permanente de Roma em diversas guerras externas que lhe permitiram dominar a península italiana. Dentre esses conflitos, devem ser destacadas as nomeadas historicamente Guerras Púnicas, nas quais os romanos destruíram o Império Cartaginês e tornaram-se hegemônicos no Mar Mediterrâneo Ocidental.

Aníbal e seu exército de elefantes

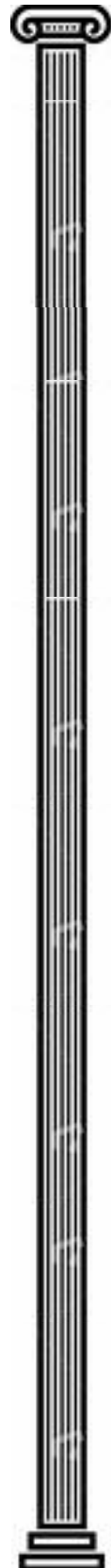
Disponível em:

<http://www.pobladores.com/data/pobladores.com/an/ub/anubis24/channels/historia_y_mitos/images/4389933anibalelefante.jpg>
Acesso em: 16 fev. 2009



Importante indicar que, inicialmente, o exército romano não possuía caráter permanente. Eram recrutados cidadãos, sobretudo camponeses, que se transformavam temporariamente em militares. Os efetivos eram formados por patrícios e plebeus entre 17 e 46 anos de idade, além de contingentes fornecidos pelos aliados. De acordo com suas condições econômicas, o soldado servia na infantaria ou na cavalaria. Os cidadãos sem recursos não podiam participar do exército, aspecto que valorizava o prestígio político das camadas mais ricas da sociedade romana.

As conquistas romanas realizavam-se ao mesmo tempo em diferentes lugares e não havia um programa



sistemático de conquistas ou um planejamento de longo prazo. Em alguns momentos, uma guerra era finalizada sem vitória, em outros ocorriam várias guerras sem a preocupação de anexação de território, ou seja, as disputas eram dinâmicas e complexas. Os próprios estatutos conferidos aos povos dominados eram diferenciados em razão das relações estabelecidas ao longo do período de conquistas. Mas, geralmente logo depois da Conquista, os Romanos costumavam tornar o país aliado; mais tarde, a localidade passava à condição de protetorado; finalmente, algum tempo depois, era anexada como província.

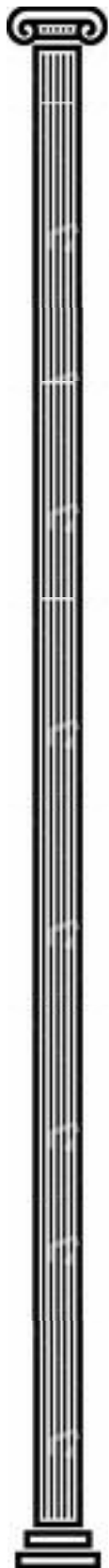
Quando uma localidade conquistada era transformada em província, o Senado Romano estabelecia, de forma variada, suas obrigações para com a República Romana.

Cada caso recebia um tratamento particular, podendo-se afirmar que não havia duas províncias com estatuto semelhante. Geralmente, sobretudo nos países de língua grega, os Romanos conservavam a divisão administrativa existente e os impostos fixados pelos antigos governantes.

- As metamorfoses romanas

Esse quadro de permanente estado de beligerância e de domínio aristocrático permitiu a emergência de Generais, possuidores de prestígio militar por suas conquistas, que buscaram apoio na insatisfação popular para se apoderar dos rumos políticos romanos, sobrepondo-se às instituições republicanas. Destacaram-se os Generais Mario, Sila, Crasso, Pompeu e Júlio César.

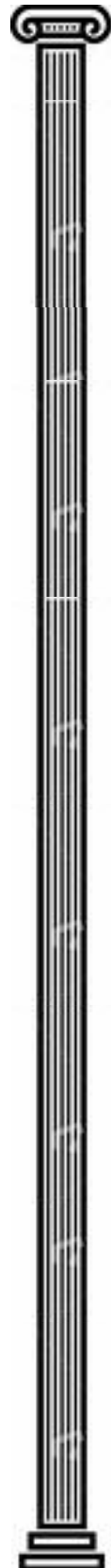
Nesse momento de intensa disputa política romana, surgiram coligações entre Generais para dividir o poder em Roma, tais uniões foram nomeadas pela historiografia como “Triunviratos”. Essa forma de governo propiciava aos militares “o poder de fato” em Roma. No entanto, a divisão de poder não era suficiente para esses militares e eles



envolveram-se em disputas fratricidas pela consolidação de um único governante romano. O vitorioso foi Júlio César, que promoveu inúmeras alterações no cenário político. Essas mudanças desagradaram inúmeros políticos influentes que tramaram seu assassinato. Após sua morte, ocorreram conflitos que desestruturaram a República e contribuíram para edificar na figura do sobrinho de Júlio César, Octávio Augusto, a forma política imperial.

O governo imperial baseava-se na autoridade do comandante dos exércitos, o Imperador. Octávio Augusto teve a prudência de manter as aparências do regime republicano. Em Roma, governava como um cidadão da República; nas províncias, como um comandante. Dessa forma, consolidou seu poder e obteve o título de Augusto em 27 a.C., até então atribuído exclusivamente aos deuses. Esse acontecimento marcou o início do principado e a extinção da República. Tal título inaugurou também o culto do imperador, normal entre os povos do Oriente, mas excepcional em Roma. O culto ao imperador era ligado ao culto dos deuses lares (os antepassados da família); os romanos passaram a cultuar nas suas casas, além dos antepassados da família, a pessoa do imperador. E por ocasião de sua morte, em 14 d.C., recebeu a apoteose, ou seja, o direito de ter um lugar entre os deuses.

A centralização política na figura do Imperador também consolidou a tendência de transformação na economia romana, que passou a se definir como comercial e cosmopolita, abrangendo todo o Mar Mediterrâneo. O modelo escravista foi levado ao seu apogeu sem, entretanto, ocorrer um implemento nas técnicas agrícolas. Para ampliar a produção, ampliava-se o número de escravos. Esses escravos geralmente eram provenientes das guerras de conquistas e como esses conflitos eram constantes no período republicano e no início do Império houve uma expansão produtiva significativa.

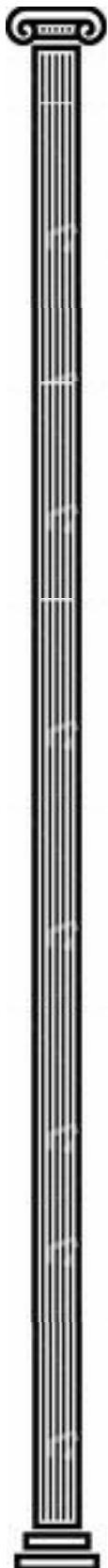


No entanto, era impossível, para as condições da época, que Roma continuasse se expandindo militarmente, aspecto que foi gradativamente percebido no enfraquecimento do poder romano.

De acordo com Perry Anderson, por aproximadamente dois séculos, a tranqüila magnificência da civilização urbana do Império Romano escondeu os limites subjacentes e as pressões da base produtiva sobre a qual repousava. Ao contrário da economia feudal que o seguiu, o modo de produção escravo da Antigüidade não tinha um mecanismo interno natural de auto-reprodução, porque sua força de trabalho nunca poderia ser uniformemente estabilizada dentro do sistema.

Tradicionalmente, o suprimento de escravos dependia muito das conquistas estrangeiras, já que os prisioneiros de guerra constituíam a principal fonte de trabalho servil da Antigüidade. A República saqueou todo o Mediterrâneo para “obter” sua mão-de-obra e para instalar o sistema imperial romano. O principado obteve uma expansão maior nos três setores remanescentes disponíveis para um possível avanço – a Germânia, a Dácia e a Mesopotâmia. Com o encerramento final das fronteiras imperiais depois de Trajano, o poço de cativos de guerra inevitavelmente secou (Cf. ANDERSON, 1998, p. 74).

Dessa forma, a dinâmica social que caracterizava o Império Romano entrou em crise. Essas dificuldades levaram à bancarrota o modelo imperial, para o qual, ainda assim, foram buscadas alternativas que incluíram a divisão do Império em dois impérios: um com capital em Roma (chamado de Império Romano do Ocidente) e outro com capital em Constantinopla (chamado Império Romano do Oriente e, mais tarde, renomeado Império Bizantino), região do império que não era tão dependente do modo de produção escravo. Soma-se a essa mudança administrativa a adoção do cristianismo pelos romanos em negação aos seus deuses pagãos, aspecto que reformulou as tradições cívicas romanas.



Em 313 d.C., o imperador Teodósio havia publicado o Edito de Milão, documento que legalizava o cristianismo. Segundo algumas explicações, o imperador teria visto no céu, durante a batalha de Ponte Mílvia, na qual venceu seus inimigos na conquista do trono, uma cruz com a inscrição: “Com este símbolo vencerás”, e, assim, converteu-se ao cristianismo. Em seguida, fez devolver aos cristãos os seus bens, proibiu o trabalho nos domingos e os assassinatos de escravos, restringiu a prática do divórcio e, para ajudar os cristãos a levarem uma vida ascética, aboliu as leis de Augusto que estimulavam os casamentos. Ao fundar a cidade de Constantinopla, o imperador a consagrou à Virgem Maria, mãe de Jesus.

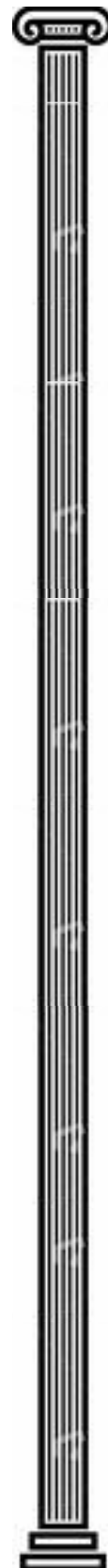
Contudo, essas transformações não foram capazes de manter a estruturação política do Império Romano do Ocidente, ocasionando sua queda em 476 d.C., com a invasão dos chamados “povos bárbaros”, sobretudo os Hunos, liderados por Átila. Restava, então, o Império Bizantino, cuja história, infelizmente, será assunto de outros textos e livros com os quais os leitores entrarão em contato ao longo do curso.

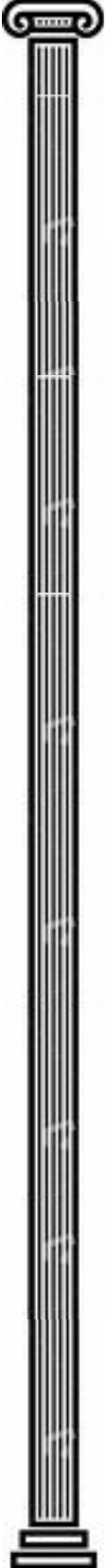
CONCLUSÃO

A chamada História Antiga (ou da Antigüidade) é, sem dúvida, fascinante: muitos(as) ingressam nos cursos de graduação em História maravilhados(as) pelos seus “mistérios” e ávidos(as) por conhecer melhor a história de Mesopotâmicos, Fenícios, Assírios, Persas, Babilônicos e, sobretudo, de Egípcios, Gregos e Romanos, entre outros. Alguns(mas) até mesmo se dedicam pouco ao estudo das outras “histórias”, inebriados(as) pelos conhecimentos acerca da Antigüidade ou decididos(as), até que surja uma nova “paixão histórica”, a se tornarem egiptólogos(as), helenistas, enfim, estudiosos(as) das civilizações às quais foram dedicadas essas páginas.

Há, de fato, muitos especialistas e pesquisadores na área (ou subárea) de História Antiga, alguns atuando no Brasil com grande destaque, como é o caso de autores dos textos que auxiliaram a delimitação do percurso explicativo aqui construído, como exemplos, para ressaltar os brasileiros, pode-se mencionar Ciro Flamarion Cardoso, Pedro Paulo Funari, Norberto Luiz Guarinello, entre muitos outros. Conhecer melhor a história dos povos da Antigüidade foi e tem sido a tarefa de diversos pesquisadores, tarefa que exige esforços “hercúleos”, para usar um termo de origem grega. Entender mais profundamente esses povos requer, necessariamente, a leitura dos inúmeros trabalhos desses e de tantos outros especialistas, apenas apresentados sumariamente ao leitor, tarefa para a qual esse livro serve como convite.

Algumas questões ainda marcam as discussões historiográficas, como aquelas relacionadas à política na Antigüidade Ocidental, em especial no Egito e na Mesopotâmia, sociedades nas quais a dimensão política, que hoje julgamos razoavelmente discernível, ainda não estava claramente delimitada e nem podia ser “separada”, por





exemplo, das características religiosas de cada povo. Assim, a separação feita, com finalidade analítica, das dimensões política, econômica e cultural é, inevitavelmente, artificial, pois os templos e os palácios eram parte integrante do Estado e elementos centrais no gerenciamento da produção, distribuição e circulação de bens e serviços, unindo os mundos divino, natural e humano.

Grécia e Roma, por sua vez, integram o que chamamos aqui de Antigüidade Clássica, diferentes em muitos aspectos dos povos da dita Antigüidade Oriental, semelhantes em outros, bem como com semelhanças e diferenças entre si; são povos que legaram, em grande medida, algumas das principais matrizes culturais do mundo que chamamos “ocidental”, ou seja, legaram a repetidamente evocada “herança greco-romana”.

Os gregos criaram seus deuses à imagem e semelhança do homem: cruéis, ciumentos, traiçoeiros, mas também justos, complacentes, generosos, leais e entendendo-se onipotentes e onipresentes. O homem, para alguns gregos, era a medida de todas as coisas, mas também necessita de equilíbrio para ser bem sucedido: a partir disso, criaram conceitos, técnicas, estéticas, formas de governo, formas de pensamento, concepções que, de alguma forma, são utilizadas até hoje, ou seja, a Grécia marcou seu tempo e as sociedades que se organizaram a partir das concepções gregas.

Quanto à civilização romana, pode-se destacar alguns traços característicos: caráter cultural cosmopolita e eclético; pela variedade de povos com os quais historicamente Roma manteve contato, nota-se um ecletismo religioso e uma multiplicidade de crenças. Roma também legou manifestações culturais e artísticas: a poesia, o teatro, a história, a filosofia, a arquitetura, são áreas que trazem contribuições romanas autênticas. É possível, também, observar suas dicotomias: apogeu e decadência, confronto entre a República e o Império, quando o final é

marcado, em geral, por uma idéia de declínio justificada pela perda de alguns valores como pragmatismo, simplicidade, patriotismo, respeito pelas instituições, apego às leis, austeridade, moralidade, entre outros. Apegada à norma e à legalidade, Roma tornou-se singular e específica pelo Direito, caminho para a solução das inúmeras crises, bem como, possivelmente, seu maior legado.

Enfim, espera-se que o objetivo essencial desse livro tenha sido alcançado e que todos os leitores e leitoras tenham compreendido os traços essenciais das sociedades estudadas. Entretanto, essa obra, assim como todas as demais com as quais tomarão contato ao longo dos seus estudos de graduação, cumprirá plenamente seu propósito quando, terminada a leitura do indivíduo que a tem em mãos, começarem inúmeras leituras, sugeridas por esse livro e pelos professores que ainda conhecerão. Que sejam ainda melhores essas novas viagens/leituras e que, ao término delas, tal qual Odisseu/Ulisses, da *Odisséia*, de Homero, vocês retornem repletos(as) de cicatrizes que mudarão o(s) olhar(es) que dirigirão ao mundo.



REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Universidade São Paulo, 1981.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Ática, 1994.

AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. O Oriente e a Grécia Antiga. In: CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações**. Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difel: 1972.

BARUCQ, A. **Escritos do Oriente Antigo e Fontes Bíblicas**. São Paulo: Paulinas, 1992.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UNB, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Memórias do Mediterrâneo**. Lisboa: Terramar, 2001.

BURNS, Edward M. **História da Civilização Ocidental**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Globo, 1995.

CAMPOS, Maria do Carmo; INDURSKY Freda (orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

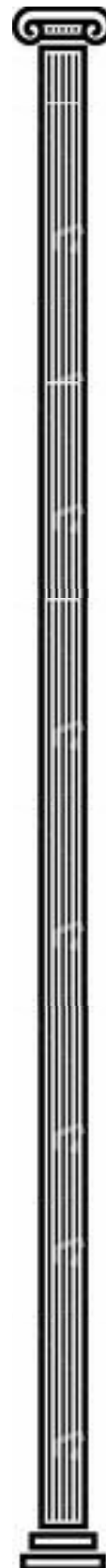
CARDOSO, Ciro Flamarion. **As sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1995._____. **Antigüidade Oriental: política e religião**. São Paulo: Contexto, 1990.

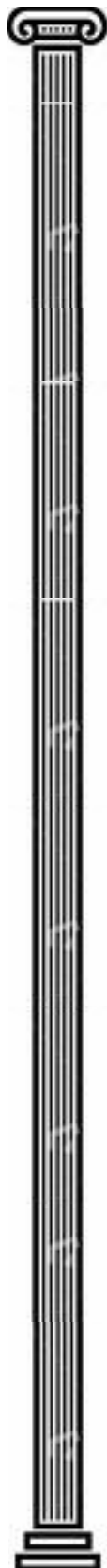
_____. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia e o imaginário da República. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 3, 1995.

CHILDE, Gordon. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.





- FINLEY, Moses I. **Aspectos da Antigüidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **História Antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Antigüidade clássica**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GARELLI, Paul. **O Oriente Próximo asiático: das origens às invasões dos povos do mar**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1982.
- GARBINI, Giovanni. **Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1966.
- GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Ática, 1991.
- HERÓDOTO. **História**. 2. ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1998.
- JAGUARIBE, Hélio. **Um estudo crítico da História**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- KARNAL, Leandro. **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- OHLWEILER, Otto Alcides. **A religião e a filosofia no mundo greco-romano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. Martins Fontes: São Paulo, 1985.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **100 textos de história antiga**. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

UPJOHN, Everard M. **História mundial da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. 6v.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Brasiliense, 1991. v. II.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo: EDUSP, 2001.

